



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO

90004/2026

Processo Administrativo nº 456/2026-E

CONTRATANTE (UASG)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE QUEIMADOS
Nº 931348

OBJETO

Formação de Ata de Registro de Preço, para eventual e futura aquisição de Uniformes Escolares, para atendimento aos alunos e professores das Unidades Escolares da rede pública municipal de Queimados, no ano letivo de 2026, conforme especificações técnicas e quantitativos estimados detalhados no Termo de Referência.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 6.154.035,43 (seis milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trinta e cinco reais e quarenta e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	6
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
8. DA FASE DE JULGAMENTO	14
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	17
10. DO TERMO DE CONTRATO	21
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	22
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	22
13. DOS RECURSOS	23
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	24
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	26
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	26





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS-RJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

Processo Administrativo nº 456/2026-E

Torna-se público que o Município de Queimados através da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, por meio da Assessoria Técnica de Licitações, em especial a Pregoeira e Equipe de Apoio, sediado Rua Mário Pati Júnior, nº. 200 – Fanchem – Queimados-RJ, realizará registro de preço, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sendo modelo de disputa **ABERTO**, com critério de julgamento, **MENOR PREÇO POR LOTE** nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 2.896/2023, de 09 de março de 2023, e bem como, por todas as disposições legais que vierem complementar, alterar ou regular, os acima referenciados diplomas legais, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a formação de Ata de Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Uniformes Escolares, para atendimento aos alunos e professores das Unidades Escolares, no ano letivo de 2026, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em lotes, formados por itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. A fundamentação que apresenta a necessidade de divisão em lotes se encontra no Termo de Referência, e tem sua essência pelos itens de natureza comum (malharia; materiais de helanca; calça jeans; e calçados), facilitando a integridade da solução e contribuindo com a efetividade do cumprimento da obrigação, sem prejuízo a qualidade dos materiais ou inexecução da contratação no mesmo item, o que impactaria sobremaneira no planejamento da contratante.

1.4. Os lotes e quantidades estão divididos da seguinte maneira:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade unitária	Quantidade de alunos/professores	Percentual de ajuste	Quantidade Total	Segmento Educacional	Faixa Etária	Observações
1	1	Camiseta com manga curta	Unidade	2	12.882	10%	28.340	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Abrangendo P ao XG para tamanhos infantis e juvenis.
		Camiseta com manga curta	Unidade	1	487	10%	536	Educação de Jovens e Adultos - EJA	Adulto	Abrangendo P ao XXG para Educação Jovens e Adultos
	2	Camiseta Regata	Unidade	1	12.882	10%	14.170	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Abrangendo P ao XG para tamanhos infantis e juvenis.
	3	Camiseta Branca (Professor)	Unidade	2	1.097	20%	2.633	Professor	Adulto	Tamanhos P ao XXG para professores

SEMED – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ENDEREÇO: PAÇO MUNICIPAL - RUA MARIO PATI JUNIOR, 200 – FANCHEM – QUEIMADOS – RJ CEP: 26383-510

CONTATO: e-mail licitação: semed.cplms@queimados.rj.gov.br / site: www.queimados.rj.gov.br

Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL – [PREGÃO ELETRÔNICO] Nº 90004/2026

	4	Meias Estilo Colegial	Par	2	12.882	10%	28.340	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária
2	1	Bermuda Unissex (material helanca)	Unidade	2	12.766	10%	28.085	Educação Infantil – Pré-Escola, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária e gênero
	2	Short Saia (material helanca)	Unidade	2	1.143	10%	2.514	Metade da Educação Infantil	2 a 5 anos	Tamanhos reduzidos para crianças menores (Creche e Pré-Escola)
	3	Calça Comprida (material helanca)	Unidade	1	10.093	10%	11.102	Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária
	4	Jaqueta com zíper (material helanca)	Unidade	1	12.882	10%	14.170	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária
3	1	Calças Jeans (Masculino e Feminino)	Unidade	1	2.789	10%	3.068	Ensino Fundamental Anos Finais	10 a 14 anos	Tamanhos focados na puberdade (Anos finais da Educação Fundamental)
4	1	Tênis com Cadarços	Par	1	10.597	10%	11.657	Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Fundamental Anos Finais	6 a 14 anos	Tamanhos para crianças maiores (Ensino Fundamental)
	2	Tênis com Velcro	Par	1	2.285	10%	2.514	Educação Infantil	2 a 5 anos	Para crianças pequenas (Creche e Pré-Escola)

1.5. Os critérios, requisitos, garantias, especificações e demais descrições dos produtos estão descritos no Termo de Referência e seus anexos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços, em anexo.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

SEMED – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ENDEREÇO: PAÇO MUNICIPAL - RUA MARIO PATI JUNIOR, 200 – FANCHEM – QUEIMADOS – RJ CEP: 26383-510

CONTATO: e-mail licitação: semed.cplmso@queimados.rj.gov.br / site: www.queimados.rj.gov.br

Lei nº 14.133, de 2021.



3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para o Lote 3, a participação será destinada a cota reservada a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo firmar declaração neste sentido.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



- 3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.16. A vedação de que trata o item 3.100 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.17. Considerando a divisibilidade do objeto em quatro lotes, terá a aplicação da Cota Reservada de até 25%, de acordo da obrigatoriedade do art. 48, III, da LC 123/06 e art. 26 da Lei 14.133/21, o Lote 3 (calças jeans masculino e feminino), um item unitário do fardamento escolar, uma vez que este não supera o percentual legal, correspondendo a aproximadamente 4,57% do valor global estimado para o registro de preço (R\$ 6.154.035,43 (seis milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trinta e cinco reais e quarenta e três centavos)).
- 3.18. Desta forma, os demais lotes serão disputados em ampla concorrência, assegurando às ME/EPP o direito de participação e a utilização da preferência em caso de empate ficto (cobrir a oferta se ela ficar até 5% (pregão) acima do preço da grande empresa - art. 44 da LC 123/06), mas sem a reserva de cota ou exclusividade.
- 3.19. As ME/EPP poderão participar tanto da disputa da Cota Reservada (Lote 3) quanto da Ampla Concorrência (demais itens), com a preservação dos benefícios que a Lei concede.
- 3.20. Caso verificada as hipóteses previstas no art. 49 da LC 123/2006, o pregoeiro poderá dispensar a Cota Reservada prevista no item 3.177, incluindo todos itens em ampla concorrência.
- 3.21. Na hipótese de não haver vencedor para a Cota Reservada, esta poderá ser adjudicada ao(s) vencedor(es) da Ampla Concorrência.



3.22. Aplicado a cota de reserva, não há que se falar em subcontratação do objeto.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4.2. O preço máximo para o pregão eletrônico, será o orçamento estimado apurado pela Coordenação de Planejamento de Compras/SEMED, por força de suas atribuições institucionais previstas na Lei 1.789/2024, que certificou a economicidade e comprovou a vantajosidade na contratação, com base na Lei nº 14.133/2021, conforme Planilha de Preços em anexo, atingindo o importe total de **R\$ 6.154.035,43 (seis milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trinta e cinco reais e quarenta e três centavos)**, sendo o valor médio estimado para o Lote I – R\$ 1.671.625,53 (um milhão, seiscentos e setenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta e três centavos); Lote II – R\$ 2.716.131,64 (dois milhões, setecentos e dezesseis mil, cento e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos); Lote III – R\$ 281.396,96 (duzentos e oitenta e um mil, trezentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos) e Lote IV – 1.484.881,30 (um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e um reais e trinta centavos), nos termos do representado abaixo:

PLANILHA DE VALORES CONSOLIDADOS	
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE I	R\$ 1.671.625,53
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE II	R\$ 2.716.131,64
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE III	R\$ 281.396,96
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE IV	R\$ 1.484.881,30
VALOR TOTAL ESTIMADO P/ A FORMAÇÃO DA ARP	R\$ 6.154.035,43

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, considerando o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.2.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.2.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



5.3. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.3.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1 No item de cota reservada para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.5.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.5.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.



5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.2 ou 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.11.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário dos itens e do lote;

6.1.2 quantidade cotada, devendo respeitar todos os itens de cada lote.

6.2. O licitante deverá observar a referência de idade para montagem da grade de tamanhos, devendo sua proposta abarcar todas as possibilidades de tamanho, que serão solicitadas quando da utilização da Ata de Registro de Preço

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



- 6.3.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.
- 6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.10. O documento de proposta deverá ser apresentado na fase de julgamento, em formato não editável, devendo conter assinatura do representante legal da licitante, por meio de assinatura manual ou eletrônica. No caso de assinatura eletrônica, esta deverá ser realizada por meio de certificado digital válido, emitido por autoridade certificadora reconhecida, ICP-Brasil e/ou GOV.BR (Prata/Ouro).
- 6.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.13. Sendo o critério de julgamento o de **menor preço por lote**, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote, constante no item 4.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,5% (cinco décimos).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.11.6 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.7 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



- 7.11.8 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.9 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.10 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11.11 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.11.12 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.13 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.14 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.11.15 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.16 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida



margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não excluídos da cota reservada para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.2 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento), por se tratar de pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.3 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.6 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;



- 7.21.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.
- 7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.22.1 empresas estabelecidas no território deste Município ou no território do Estado em que este se localize;
 - 7.22.2 empresas brasileiras;
 - 7.22.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.22.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.24.1 Tratando-se de licitação por lote, a contratação posterior de item específico do lote exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
 - 7.24.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 7.24.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 7.24.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 7.24.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 7.24.6 É facultada ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 2.895/2023, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL – [PREGÃO ELETRÔNICO] Nº 90004/2026

- 8.1.1 SICAF;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.7.1 contiver vícios insanáveis;
- 8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5 apresentar proposta em forma divergente ao item 6.10 deste Edital.
- 8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:



- 8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11.1 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 8.11.2 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 8.11.3 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.15. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar as amostras no prazo de 5 (cinco) dias úteis), prorrogáveis por igual período, caso haja solicitação da participante devidamente justificada, além das demais condições disciplinadas no Termo de Referência em anexo, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.16. As diretrizes com relação as amostras se encontram presentes no Termo de Referência, inclusive a documentação necessária que deverá acompanhar os produtos.
- 8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Os licitantes deverão encaminhar, através do sistema, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.3. **Habilitação Jurídica**

9.3.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.3.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

9.3.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.3.1.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.4. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**

9.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL – [PREGÃO ELETRÔNICO] Nº 90004/2026

- 9.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.4.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.4.7 Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual e com a Fazenda Municipal da sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.4.8 Prova de regularidade com a Procuradoria Geral do Município sede da empresa licitante para efeitos de licitação;
- 9.4.9 Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito Negativo de débito do Município de Queimados (ISS, ITBI, IPTU e outras taxas - art. 85 c/c art.109 do CTMQ) para as licitantes sediadas no Município de Queimados. Para as sediadas em outros Municípios as respectivas certidões do Município em que são sediadas;
- 9.4.10 Caso o licitante seja considerado isento de Inscrição Estadual ou apresente Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação, deverá comprovar tal condição mediante declaração expedida pela Procuradoria Geral do Estado do seu domicílio ou sede da licitante;
- 9.4.11 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.5. Habilitação Técnica (Qualificação Técnica)
- 9.5.1 Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica anterior, obrigatoriamente pertinente e compatível com o objeto a ser contratado nesta licitação, expedido por entidade pública ou privada, usuária do serviço/bem em questão, comprovando o fornecimento dos serviços/bens.
- 9.5.2 Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com a identificação necessária.
- 9.5.3 Os atestados deverão ser datados e assinados por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como os dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência pelo pregoeiro.
- 9.5.4 O licitante disponibilizará, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e relatório dos bens entregues, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.5.5 Deverá apresentar certidão ou comprovante de que os materiais estão de acordo com ABNT NBR nº 15778, principalmente quanto a solidez da cor e encolhimento e segurança química.
- 9.5.6 Deverá declarar que cumpre toda e qualquer norma referente ao objeto da licitação, considerando a imposição normativa das entidades reguladoras e demais órgãos.
- 9.6. Qualificação econômico-financeira
- 9.6.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.6.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



9.6.3 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro.

9.6.4 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.6.5 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.6.6 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.6.7 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, para fins de qualificação, o requisito de Patrimônio Líquido Mínimo:

9.6.7.1. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.9. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.10. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.

9.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.



9.13. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.14. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.14.1 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.15. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.15.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais, não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.16. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.16.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.17. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.17.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.17.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.18. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.18.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.18.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.19. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.17.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS HORAS, para:

9.19.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.19.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



- 9.19.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.19.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.20. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.17.1.
- 9.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.24. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 9.25. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03 (três)** dias úteis; ou b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03 (três)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração, devendo ser, preferencialmente, através de assinatura digital para este fim, estabelecida por autoridade devidamente certificada (ICP-Brasil e/ou GOV.BR (Prata/Ouro))
- 10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 10.4.1 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 10.4.2 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.



10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação para utilização será o estabelecido no Termo Contratual.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **03 (três) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital, estabelecida por entidade certificadora, admitindo-se a utilização da assinatura pela plataforma GOV.BR (Prata ou Ouro) ou certificado ICP-Brasil.

11.4. Após a assinatura das partes a Ata de Registro de Preço será disponibilizada no sistema de registro de preços e devidamente publicada em Diário Oficial do Município.

11.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.8. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.9. O prazo de vigência da ATA de registro de preços será de **12 (doze) meses** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da prorrogação.

11.9.1 Em caso de prorrogação da ATA, PODERÁ ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

SEMED – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ENDEREÇO: PAÇO MUNICIPAL - RUA MARIO PATI JUNIOR, 200 – FANCHEM – QUEIMADOS – RJ CEP: 26383-510

CONTATO: e-mail licitação: semed.cplmso@queimados.rj.gov.br / site: www.queimados.rj.gov.br

Lei nº 14.133, de 2021.



- 12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.9.1 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (www.gov.br/compras)

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.6 fraudar a licitação;
- 14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



- 14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1 advertência;
 - 14.2.2 multa;
 - 14.2.3 impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de *10 (dez)* dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.



14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Em caso de qualquer divergência quanto a aplicação de multas, sanções ou infrações entre o Termo de Referência e o Edital, valerá aquela constante no Edital e replicada no Termo Contratual.

14.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.16.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados de forma eletrônica, pelo e-mail: semed.cplmso@queimados.rj.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.queimados.rj.gov.br>.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1 Anexo I - Termo de Referência e seus anexos (controle nº 0373063);
 - 16.11.2 Anexo II – Planilha de preços estimados (controle nº 0368093);
 - 16.11.3 Anexo III – Especificações Técnicas e modelos (controle nº 0363438);
 - 16.11.4 Anexo IV – Quantitativos (controle nº 0363440);
 - 16.11.5 Anexo V – Artes (controle nº 0363443);
 - 16.11.6 Anexo VI – Planilha de proposta (controle nº 0373178);
 - 16.11.7 Anexo VII – Minuta de Termo de Contrato de Utilização (controle nº 0373198);
 - 16.11.8 Anexo VIII – Declaração de Ciência e concordância (controle nº 0373200);
 - 16.11.9 Anexo IX – Minuta da Ata de Registro (controle nº 0361536);
 - 16.11.10 Anexo X – Declaração de comunicações eletrônicas (controle nº 0373205);
 - 16.11.11 Anexo XI – Declaração de aceite de fiscalização (controle nº 0373206);
 - 16.11.12 Anexo XII – Declaração de procedência de tecido (controle nº 0373208);



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL – [PREGÃO ELETRÔNICO] Nº 90004/2026

16.11.13 Anexo XIII – Declaração de sustentabilidade (controle nº 0373213).

Queimados-RJ, 27 de abril de 2026.

Assessor que auxiliou na elaboração do documento:

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCIS DOS SANTOS SILVA
Data: 27/04/2026 16:51:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FRANCIS DOS SANTOS SILVA
Assessoria Técnica – Contratos
Matrícula nº 14322/01

Responsáveis pelo documento:

Documento assinado digitalmente
gov.br SONIA IGNACIA DA SILVA SANTOS
Data: 27/04/2026 16:42:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SONIA IGNACIA DA SILVA SANTOS
Subsecretário Adjunta de Administração
Matrícula: 14250/01

Documento assinado digitalmente
gov.br LEONARDO DA SILVA PEREIRA
Data: 27/04/2026 16:45:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEONARDO DA SILVA PEREIRA
Subsecretário Adjunta de Assuntos
Educação
Matrícula: 11669/01

Acolho:

Assinado de forma digital por ANDRE
ANDRE LUIZ MONSORES DE ASSUMPÇÃO
ASSUMPCAO:00928163717
Dados: 2026.04.27 16:38:19 -03'00'

ANDRÉ LUIZ MONSORES DE ASSUMPÇÃO
Secretário Municipal de Educação
Matrícula 14231/01



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA

FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Fundamentação - Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.895 c/c 2.896. ambos de 09 de março de 2023

O Termo de Referência, documento necessário para a contratação de bens e serviços, regulamentado o conforme inciso XXIII do Artigo 6º da 14.133/2021, e parâmetros e elementos descritivos nas alíneas de “a” a “j”, é o documento elaborado a partir dos Estudos Técnicos Preliminares, no qual deve constar os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da certame, materializando o documento em que o requisitante esclarece aquilo que realmente precisa, trazendo a definição do objeto e elementos necessários para a formação de Ata de Registro de Preços para eventual e futura aquisição de Uniformes Escolares, para atendimento aos alunos e professores das Unidades Escolares da rede pública municipal de Queimados, no ano letivo de 2026, conforme especificações técnicas e quantitativos estimados detalhados neste Termo de Referência.

Queimados – RJ, 26 de janeiro de 2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico nº ____ /2026

Formação de Ata de Registro de Preços

1. DO TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. O Termo de Referência é necessário e obrigatório para a aquisição de bens e contratação de serviços através de licitação. É o documento elaborado a partir dos Estudos Técnicos Preliminares, no qual deve constar os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação, materializando o arquivo no qual o requisitante esclarece aquilo que realmente precisa, trazendo a definição do objeto e elementos necessários à sua perfeita aquisição.

1.2. O Termo de referência é previsto no inciso XXIII do art. 6º da Lei 14.133/2021, que dita parâmetros e elementos descritivos do documento, *in verbis*:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

d) requisitos da contratação;

e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

g) critérios de medição e de pagamento;

h) forma e critérios de seleção do fornecedor;

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

j) adequação orçamentária;

1.3. Em complemento, o Decreto Municipal nº 2.895 de 09 de março de 2023 em seu artigo 3º, inciso II, *define como bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado*

1.4. Logo, a contratação deverá ocorrer observados os dispostos na Lei Federal 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 2.895 de 09 de março de 2023.

1.5. Delimitados os termos e realizado o Estudo Técnico Preliminar, iniciamos a redação do citado Termo de Referência.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO, DA ENTREGA, DO LOCAL, DO PRAZO E CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

2.1. O objeto do presente certame é aquisição de Uniformes Escolares, para atendimento aos alunos e professores das Unidades Escolares, no ano letivo de 2026, conforme especificações técnicas e quantitativos estimados detalhados nos anexos deste Termo de Referência.

2.2. A educação, estabelecida como direito social (CF/88, art. 6º) e dever do Estado, visa o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para a cidadania e a qualificação para o trabalho (CF/88, art. 205). A garantia da oferta de uniformes escolares se fundamenta no princípio da dignidade da pessoa humana (CF/88, art. 1º, III, e ECA, art. 18), assegurando-se aos alunos o direito à educação em igualdade de condições para acesso e permanência na escola (CF/88, art. 206, I, e ECA, art. 53, I).

2.3. O fornecimento de uniforme escolar é um instrumento essencial de política pública que contribui para: segurança e identificação; isonomia e dignidade; senso de pertencimento.

2.4. Como definido no Estudo Técnico Preliminar, a melhor forma de aquisição será a Formação de Ata de Registro de Preços para eventual e futura compra dos itens, pelos motivos expostos naquele documento.

2.5. **A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de publicação no Diário Oficial de Queimados – DOQ, e poderá**



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ser prorrogada, por igual período (art. 84 da Lei 14.133/21), desde que comprovada a vantajosidade (Art. 17 do Decreto nº 2896/2023).

2.6. A vigência do contrato será definida de acordo com a(s) utilização(ões) que será(ão) feita(s) no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

2.7. Quando a entrega, os objetos deste certame deverão, quando da utilização, ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação de Queimados, localizado na Rua Manoel Leal Valim, lote 06 (ant. 09), Bairro Vila Pacaembu, Queimados - RJ, para posteriormente ser remetido a unidades escolares. Essa entrega deverá ser acompanhada pela Subsecretaria Adjunta Administrativa ou outro responsável indicado por esta.

2.8. A entrega deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do termo contratual ou outro instrumento contratual confeccionado no competente processo de utilização do Registro de Preço, nos termos do que preconiza o art. 95 da Lei 14.133/2021, e serão feitas de acordo com a demanda que será apresentada à(s) Empresa(s) vencedora(s). Nessa demanda o órgão gerenciador informará a quantidade de uniformes a serem entregues.

2.9. A entrega dos itens deverá ser realizada em dias úteis, no horário compreendido entre 9h e 16 horas.

2.10. O prazo de entrega estipulado acima poderá ser prorrogado, desde que a empresa contratada, faça o pedido de prorrogação do prazo de entrega, por escrito, e devidamente fundamentado, demonstrando quais foram os prejuízos ocasionados e por qual motivo será impossível a entrega do objeto licitado no prazo anteriormente fixado.

2.11. Todos os itens deverão estar de acordo com as quantidades e especificações descritas no Anexo I, atendendo ao art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), bem como com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes.

2.12. Serão recusados os itens que forem entregues com especificações diferentes das contidas no Anexo I deste instrumento, ficando a cargo da CONTRATADA sua reposição imediata por outro de acordo com as especificações, sem qualquer ônus para a Administração, e sem prejuízo das sanções cabíveis. Nesse caso a Comissão de Fiscalização e Validação Contratual lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

2.13. Valor dos itens deste certame será pago por cada entrega realizada, que será feita obedecendo as utilizações da Ata de Registro de Preços. As utilizações serão realizadas conforme demanda a ser apresentada pela Subsecretaria Adjunta de Assuntos Educacionais em conjunto com a Subsecretaria Adjunta de Administração. Sendo assim, os pagamentos respeitarão o cronograma físico-financeiro apresentado abaixo:

1ª Utilização da Ata de Registro de Preços		
	1ª Entrega feita	Pagamento da 1ª Entrega



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Demanda nº 1 apresentada pelo Sub. Adj. De Assuntos Educacionais/ Sub. Adj. De Administração e encaminhada à Empresa	Até 30 (dez) dias úteis, conforme Item 2.5, 2.6 e 2.7 do TR	Até 30 dias corridos após a entrega dos documentos referente a execução de cada entrega. Após a requisição de pagamento e entrega de todos os documentos necessários ao pagamento, nos termos do item 8 deste TR.
2ª Utilização da Ata de Registro de Preços		
Demanda nº 2 apresentada pelo Sub. Adj. De Assuntos Educacionais/ Sub. Adj. De Administração e encaminhada à Empresa	2ª Entrega feita	Pagamento da 2ª Entrega
	Até 30 (dez) dias úteis, conforme Item 2.5, 2.6 e 2.7 do TR	Até 30 dias corridos após a entrega dos documentos referente a execução de cada entrega. Após a requisição de pagamento e entrega de todos os documentos necessários ao pagamento, nos termos do item 8 deste TR.
Xª Utilização da Ata de Registro de Preços		
Demanda nº X apresentada pelo Sub. Adj. De Assuntos Educacionais/ Sub. Adj. De Administração e encaminhada à Empresa	Xª Entrega feita	Pagamento da Xª Entrega
	Até 30 (dez) dias úteis, conforme Item 2.5, 2.6 e 2.7 do TR	Até 30 dias corridos após a entrega dos documentos referente a execução de cada entrega. Após a requisição de pagamento e entrega de todos os documentos necessários ao pagamento, nos termos do item 8 deste TR.

2.14. O valor referente ao objeto da contratação será pago após a entrega de todos os itens solicitados no processo de utilização, com devida emissão de nota fiscal pela empresa licitante e após a emissão de NAD e Nota Empenho pela Administração Pública, devendo ser observado o estipulado no item 8.

2.15. Desta forma, encontra-se atendida a norma da Deliberação TCE nº 280/17, item II, “e”, que se refere à necessidade de “*demonstração da forma de entrega e o respectivo cronograma físico-financeiro*”.

2.16. Desta forma, a Secretaria Municipal de Educação ratifica que a oferta do fardamento completo atende ao interesse público primário, contribuindo diretamente para a garantia do direito de acesso e permanência na educação, conforme determina a legislação vigente.

2.17. Cabe ressaltar que a ausência do objeto deste termo compromete o desenvolvimento das atividades rotineiras das unidades escolares, portanto, a presente solicitação é tida como indispensável.

2.18. DA TÉCNICA ESTIMATIVA EM FUNÇÃO DO CONSUMO E DAS QUANTIDADES ESTIMADAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.18.1. O conjunto de uniformes se diferenciam pelo segmento educacional, observando a seguinte quantificação:

2.18.2. Educação Infantil

2.18.2.1. Uniforme Escolar Educação Infantil (Creche e Pré-Escolar) Masculino – 2 Bermuda Unissex (material helanca); 2 camisas com manga curta; 1 camiseta regata; 2 pares de meias estilo colegial; 1 par de tênis com velcro; 1 calça (material helanca) e 1 jaqueta com zíper (material helanca);

2.18.2.2. Uniforme Escolar Educação Infantil (Creche e Pré-Escolar) Feminino – 2 Short Saia (Material Helanca); 2 camisas com manga curta; 1 camiseta regata; 2 pares de meias estilo colegial; 1 par de tênis com velcro; 1 calça (material helanca) e 1 jaqueta com zíper (material helanca);

2.18.3. Ensino Fundamental Anos Iniciais

2.18.3.1. Uniforme Escolar Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano) Masculino – 2 Bermuda Unissex (material helanca); 2 camisas com manga curta; 1 camiseta regata; 2 pares de meias estilo colegial; 1 par de tênis com cadarço; 1 calça (material helanca) e 1 jaqueta com zíper (material helanca);

2.18.3.2. Uniforme Escolar Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano) Feminino – 2 Bermuda Unissex (material helanca); 2 camisas com manga curta; 1 camiseta regata; 2 pares de meias estilo colegial; 1 par de tênis com cadarço; 1 calça (material helanca) e 1 jaqueta com zíper (material helanca);

2.18.4. Ensino Fundamental Anos Finais

2.18.4.1. Uniforme Escolar Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano) Masculino – 1 calça jeans, 1 Bermuda Unissex (material helanca), 2 camisas com manga, 1 camisa regata, 2 pares de meias estilo colegial, 1 par de tênis com cadarço e 1 jaqueta com zíper (material helanca);

2.18.4.2. Uniforme Escolar Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano) Feminino – 1 calça jeans, 1 Bermuda Unissex (material helanca), 2 camisas com manga, 1 camisa regata, 2 pares de meias estilo colegial, 1 par de tênis com cadarço e 1 jaqueta com zíper (material helanca);

2.18.5. Educação de Jovens e Adultos - EJA

2.18.5.1. Uniforme Escolar EJA Masculino - 1 camisa com manga;

2.18.5.2. Uniforme Escolar EJA Feminino - 1 camisa com manga;

2.18.6. Professores

2.18.6.1. Professor – 2 Camisas Branca com Manga Curta



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.18.7. Serão necessárias a formação de ata de registro de preço para a contratação futura dos seguintes bens e quantidades:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade e unitária	Quantidade de alunos/professores	Percentual de ajuste	Quantidade Total	Segmento Educacional	Faixa Etária	Observações
1	1	Camiseta com manga curta	Unidade	2	12.882	10%	28.340	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Abrangendo P ao XG para tamanhos infantis e juvenis.
		Camiseta com manga curta	Unidade	1	487	10%	536	Educação de Jovens e Adultos - EJA	Adulto	Abrangendo P ao XXG para Educação Jovens e Adultos
	2	Camiseta Regata	Unidade	1	12.882	10%	14.170	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Abrangendo P ao XG para tamanhos infantis e juvenis.
	3	Camiseta Branca (Professor)	Unidade	2	1.097	20%	2.633	Professor	Adulto	Tamanhos P ao XXG para professores
	4	Meias Estilo Colegial	Par	2	12.882	10%	28.340	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária
2	1	Bermuda Unissex (material helanca)	Unidade	2	12.766	10%	28.085	Metade da Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária e gênero
	2	Short Saia (material helanca)	Unidade	2	1.143	10%	2.514	Metade da Educação Infantil	2 a 5 anos	Tamanhos reduzidos para crianças menores (Creche e Pré-Escola)
	3	Calça Comprida (material helanca)	Unidade	1	10.093	10%	11.102	Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária
	4	Jaqueta com zíper (material helanca)	Unidade	1	12.882	10%	14.170	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária
3	1	Calças Jeans (Masculino e Feminino)	Unidade	1	2.789	10%	3.068	Ensino Fundamental Anos Finais	10 a 14 anos	Tamanhos focados na puberdade (Anos finais da Educação Fundamental)



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

4	1	Tênis com Cadarços	Par	1	10.597	10%	11.657	Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Fundamental Anos Finais	6 a 14 anos	Tamanhos para crianças maiores (Ensino Fundamental)
	2	Tênis com Velcro	Par	1	2.285	10%	2.514	Educação Infantil	2 a 5 anos	Para crianças pequenas (Creche e Pré-Escola)

2.19. Os quantitativos apresentados consideram a atual quantidade, do ano letivo de 2025, de alunos e professores, considerando a oferta de vagas destinada aos respectivos segmentos.

2.20. Conforme documento emitido pela Diretoria de Censo e Matrícula, de acordo com o Sistema de Gestão Escolar da Didática Digital – SGEDD, esses quantitativos foram obtidos considerando o total de vagas que estão disponíveis no sistema de gestão acadêmica EDUQAtivo. Conforme certidão e relatório de alunos matriculados na rede de ensino de Queimados no ano letivo de 2025, em anexo, tem-se o seguinte quantitativo:

Quantidade por segmento segundo relatório matrícula	
Educação Infantil Creche	232
Educação Infantil Pré-Escola	2053
Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	7808
Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano)	2789
EJA	487
Professores	1097

2.21. Quanto ao corpo docente, de acordo com documento emitido pelo Departamento de Recursos Humanos, possuíamos atualmente um **quantitativo de 1.097 (um mil e noventa e sete) professores em exercícios**.

2.22. Ressalta-se que as quantidades poderão sofrer variações em decorrência de novas matrículas, transferências, contratações ou eventuais ajustes na demanda, sendo assim, no quantitativo acima, considerando se tratar de Registro de Preço, por ser demanda futura e eventual, **estão previstos o percentual de 10% sobre as quantidades totais apuradas dos alunos**.

2.23. Quanto aos professores, existem a possibilidade, no curso do ano de 2026, de contratações por processo seletivo simplificado e concurso público, sendo assim, **deve ser considerado o percentual incidente de 20%**.

2.24. Detalhamento da especificação técnica

2.24.1. As especificações técnicas completas e detalhadas de cada Modelo constam no Anexo I deste Termo de Referência, sendo parte integrante deste documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.25. Especificações gerais e obrigatórias

2.25.1. **Etiquetas:** Todas as peças de vestuário devem conter etiqueta interna de composição/tamanho/instruções de lavagem, de acordo com as normas da ABNT;

2.25.2. **Qualidade:** As peças devem ser confeccionadas com materiais de primeira qualidade (tecido), devendo possuir laudo técnico que comprove resistência para 12 meses de uso escolar regular (solidez da cor, resistência à lavagem e etc.);

2.25.2.1. Será admitida a apresentação de laudos laboratoriais pré-existentes, emitidos por laboratório competente e, quando aplicável, acreditado, desde que correspondentes ao tecido ou material efetivamente ofertado, com mesma composição e especificação técnica, os quais serão aceitos como comprovação inicial de conformidade;

2.25.3. **Amostras:** O licitante vencedor deverá apresentar amostras para aprovação final antes da produção em massa;

2.25.4. **Tabelas de Medidas:** O fornecedor deverá apresentar a Tabela de Medidas com a conversão por orientação idade X tamanho (ex.: 2 anos = tamanho 2; 14 anos = tamanho 14), baseada nas normas ABNT ou padrões industriais reconhecidos, para validação antes do fechamento do contrato;

2.25.5. **Tolerância:** Será admitida uma tolerância de até $\pm 5\%$ na gramatura e nas medidas lineares de todas as peças.

2.26. As hipóteses omissas quanto a entrega, não previstas neste Termo de Referência, serão decididas pelo Gestor Contratual, podendo ser delegados a subsecretaria responsável pela contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Consta dos autos o Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento que caracterizou a primeira etapa da fase de planejamento da presente contratação e que apresenta os estudos necessários para a definição da solução capaz de atender à demanda especificada.

3.2. O objetivo principal do ETP foi analisar detalhadamente a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, bem como identificar no mercado a alternativa mais adequada para o seu atendimento, em conformidade com as normas vigentes e com os princípios que regem a Administração Pública.

3.3. Constatou-se a viabilidade técnica e avaliou que a aquisição de uniformes prontos como a saída mais eficiente, econômica e segura, eliminando riscos gerenciais, de estoque e previsibilidade orçamentária, considerando que a solução é amplamente disponível no mercado, atende de forma suficiente às necessidades do Município e teve sua especificação elaborada de acordo com requisitos técnicos relevantes, em alinhamento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.4. No referido ETP, foi identificado que a formação de ata de registro de preço seria a melhor opção para contratação, uma vez que o número de alunos na rede municipal não é fixo no início do ano letivo, havendo matrículas ao longo de todo o período. Sendo assim, caso haja novas matrículas de alunos ou novos ingressos de professores, diante da necessidade de promover a igualdade, poder-se-á utilizar a ata para aquisição de novos itens, concedendo valorização aos docentes e discentes.

3.5. Pelas suas características, os objetos licitados enquadram-se em bens comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.891/2023, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, conforme já citado acima.

3.6. Conforme preconiza o art. 3º, incisos I e II do Decreto Municipal nº 2.896/2023, caberá a utilização do Sistema de Registro de Preço quando, pelas características do bem, houver necessidade de contratações frequentes e quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, sendo o caso do presente certame.

3.7. Assim, a fundamentação da aquisição se baseia nos Estudos Técnicos Preliminares, que apontaram como solução tecnicamente e economicamente mais viável a contratação de empresa especializada na fabricação e personalização de Uniformes Escolares.

3.8. Portanto, compreende-se como necessária a formação da Ata de Registro de Preço que deverá ser licitada através de **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observado o modo de disputa **ABERTO**, nos termos do art. 6º, incisos XLI e XLVI da Lei nº 14.133/2021 e art. 9º do Decreto Municipal nº 2.896/2023.

3.9. Fundamentação Legal:

3.9.1. Lei Federal nº 14.133/2021, que institui normas gerais de licitações e contratos administrativos;

3.9.2. Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);

3.9.3. O contrato que vier a ser celebrado reger-se-á por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

3.9.4. Decreto Municipal nº 2.895/2023, que regulamenta a licitação, nas modalidades pregão e concorrência, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública Municipal;

3.9.5. Lei Complementar nº 123/2006, que institui tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

3.9.6. Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

3.9.7. Decreto Municipal nº 2.896, de 09 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Município de Queimados;

3.9.8. O contrato observará, ainda, as alterações supervenientes das normas retro mencionadas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

bem como as demais disposições legais aplicáveis, além do previsto neste Termo de Referência e no Edital.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução proposta visa suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) por deixar os alunos e professores, uniformizado de forma eficiente, adequada e em conformidade legal, optando pela aquisição de uniformes escolares.

4.2. Este Termo de Referência cuida apenas da formalização da Ata de Registro de Preço, onde a empresa participante registrará seus preços para futura e eventual aquisição dos objetos. Entretanto, como forma de transparência, é adequado sinalizar como será realizado o procedimento da utilização do registro de preço efetuado.

4.3. Quando da utilização, será realizada a solicitação dos uniformes conforme grade por matrícula atualizada, nos tamanhos e modelos necessários para aquele momento específico. Logo, a entrega poderá ser parcelada conforme demanda das unidades escolares, recepção, registro e controle do patrimônio, reposição e ajuste durante a vigência contratual.

4.4. No estudo técnico preliminar se verificou que a divisão dos objetos em 4 (quatro) lotes, em detrimento aos itens isolados, garantiria maior economicidade, uma vez que não haveria mão-de-obra suficiente para separar, individualizar e acondicionar todos os itens em tempo hábil para uso, caso haja interesse da Secretaria em utilizar a Ata de Registro de Preços. Sendo assim, a escalabilidade advinda dos itens de forma individual, sem a inclusão em lotes, não comportaria uma vantajosidade, acabando por não atingir a economicidade esperada dessa modalidade.

4.5. O contratado deverá atentar ao fiel cumprimento das especificações exigidas, sendo recusado o item que estiver com alguma característica diferente das especificações contidas neste Termo de Referência;

4.6. A contratada deverá assinar a Ata de Registro de Preço no tempo e data designados, sob pena de sanção administrativa.

4.7. A contratada ficará obrigada a manter, além dos valores, especificações técnicas e quantidades e a garantia de todos os produtos ofertados e inseridos na Ata de Registro de Preço.

4.8. Após o Registro de Preço, a aquisição dos materiais será realizada através de processo administrativo de utilização. Serão solicitadas as quantidades, tamanhos e demais especificações através de Memorando de Requisição de Produtos.

4.9. A Ata de Registro de Preço deverá ser realizada por período de 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período em caso de demonstração da vantajosidade para a Administração Pública, como está previsto no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 4.10. Importante ressaltar que deverá ser previsto que, caso a Administração Pública resolva prorrogar o prazo da Ata de Registro de Preço, também deverá prever a renovação das quantidades de produtos.
- 4.11. As utilizações do Registro de Preço devem ser realizadas dentro do prazo de validade da Ata.
- 4.12. As artes referentes a produção dos itens personalizados se encontram no Anexo IV.
- 4.13. Os materiais discriminados acima deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação de Queimados, localizado na Rua Manoel Leal Valim, lote 06 (ant. 09), Bairro Vila Pacaembu, Queimados - RJ.
- 4.14. O recebimento provisório dos materiais será realizado pelo responsável da Subsecretaria Adjunta de Administração ou por outro servidor formalmente designado.
- 4.15. Já o recebimento definitivo será realizado por Comissão de Fiscalização destinada para esse encargo.
- 4.16. Os itens deverão ser acondicionados de forma a evitar danos durante o transporte dos materiais.
- 4.17. Não serão recebidos quaisquer itens em discordância com as especificações, danificado, manchado, desalinhado, com danos ou problemas nos aviamentos, ou outras problemas identificados pelos responsáveis pelo recebimento.
- 4.18. O prazo para entrega dos produtos será de até 30 dias a contar do Memorando de Ordem de Compra.
- 4.19. A Contratada fica obrigada a manter a garantia de todos os produtos ofertados, contra defeitos de fabricação pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias. Tal prazo se refere aos defeitos aparentes (costura solta, mancha e etc.). Entretanto, o material (tecido) deve possuir laudo técnico que comprove resistência para 12 meses de uso escolar regular (solidez da cor, resistência à lavagem e etc.), sendo este o prazo de garantia para o respectivo material (12 meses).
- 4.20. A garantia citada acima não se aplicará por uso indevido, mau uso ou desgaste natural;
- 4.21. Durante o período de garantia dos itens, a contratada deverá arcar com substituições em decorrência de defeitos de fabricação, avarias, embalagem ou armazenamento e outros eventos, para os quais a contratante não concorreu.
- 4.22. As substituições necessárias durante o período de garantia deverão ser realizadas, preferencialmente, no local onde foi entregue os uniformes escolares, arcando com todos os custos envolvidos.
- 4.23. O prazo para retirada dos itens a serem substituídos deverão ser de no máximo até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação da Contratante e a devolução dos mesmos em até 10 (dez) dias



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

úteis, a contar da retirada. Havendo necessidade de estender o prazo de devolução dos itens, a contratada deverá apresentar justificativa ao Fiscal do Contrato, dentro do prazo de 10 (dez) dias, o qual poderá ser estendido até o limite de 20 (vinte) dias.

4.24. Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº 8.078/1990.

4.25. Para manutenção da validade da ARP deve ser observado o que é prescrito no Decreto Municipal nº 2896/2023.

4.26. Com a formalização do Registro de Preço, assinatura da Ata e devida publicação, estará concluído o processo, devendo, caso interessar aos órgãos participantes, realizar processo de utilização da ARP.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A especificação dos itens objeto deste Termo de Referência é suficiente para a escolha do futuro contratado, assegurando que não há indicação de marca, nem exigências que impliquem restrição à competitividade do certame.

5.2. Os requisitos indispensáveis de que o objeto a adquirir deve dispor são o atendimento aos itens definidos, com as características estabelecidas e as quantidades delimitadas neste Termo de Referência.

5.3. A licitante deverá declarar estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e em seus anexos.

5.4. Poderão participar da licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 10, inciso I do Decreto Municipal nº 2895 de 2023 e art. 9º da IN SEGES/MP nº 3 de 2018 com o seguinte nível de cadastramento, sem prejuízo da documentação prevista no art. 62 da Lei Federal nº 14.133/21:

- I.** Credenciamento;
- II.** Habilitação jurídica;
- III.** Qualificação técnica;
- IV.** Regularidade social e trabalhista;
- V.** Regularidade fiscal federal/estadual/municipal;
- VI.** Qualificação econômico-financeira.

5.5. Os itens deverão ser executados e entregues em conformidade com as regras e condições previstas neste Termo de Referência, seus anexos e o Edital, observando-se a legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

5.6. As empresas deverão atender a todos os requisitos mínimos de habilitação e de execução, de forma a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa, em regime de ampla competição, sem prejuízo da qualidade do objeto deste termo.

5.7. Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021. Entretanto, deverá ser observado a garantia dos produtos, nos termos delineados no item 3 deste Termo de Referência

5.8. Para adjudicação do objeto contratual a empresa deverá consignar junto a Secretaria Municipal de Educação, todas as documentações, certidões e declarações prevista no Decreto Municipal nº 2.895/2023, no couber, e no Decreto nº 2.896/2023 dentre outras requisitadas pela Administração Pública para a formalização contratual.

5.9. O participante também deverá declarar de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para fornecimento dos bens e para enquadramento na Ata de Registro de Preço, comprometendo-se com as quantidades, valores e demais requisitos da ARP.

5.10. Ressalta que a descrição e especificações do objeto do presente feito, contidas no Estudo Técnico Preliminar e no presente Termo de Referência, encontra-se de forma precisa e clara, dos bens comuns a serem adquiridos, sem especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização, como disciplina a legislação vigente, de forma “suficiente” para a verificação dos preços ajustados nas fontes oficiais disponíveis na rede TCE/RJ.

5.11. O participante deverá declarar se aceita ou não as comunicações referentes a contratação através de correio eletrônico, inclusive de futura sanções, declarando ainda que se compromete a atualizar os contatos telefônicos e e-mail sempre que necessário.

5.12. Ainda deve declarar que aceita a necessidade de informar o recebimento do e-mail em até 48 horas. Não o fazendo, será considerado o recebido após 10 (dez) dias úteis do envio da correspondência eletrônica.

5.13. No caso de ocorrer dúvidas sobre a descrição dos bens, deverá ser requerido esclarecimentos no tempo e modo oportuno definido no Edital do certame.

5.14. Das amostras

5.14.1. Respeitando o Princípio da Economicidade e Isonomia, e devido a precaução de que os itens sejam entregues com a qualidade desejada, a empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar 01 (uma) amostra de cada item (modelo) da qual se sagrou vencedora, respeitando o constante no descritivo técnico (Anexo I);

5.14.2. As amostras deverão ser apresentadas no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a partir da data do resultado do certame, 01 (uma) amostra personalizada nos termos abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- a. Se uma empresa for vencedora em um lote ou em mais lotes, deverá apresentar todos os itens constantes no(s) lote(s), conforme Anexo II.
 - b. Se mais de uma empresa vencer em lotes diferentes, as empresas vencedoras deverão entregar 1 amostra com o(s) item(s) que constem na relação do(s) lote(s) que venceu.
- 5.14.3. As amostras deverão estar acompanhadas dos seus respectivos laudos laboratoriais que comprovem as especificações dos itens composto em cada lote, bem como amostras dos materiais que serão usados na fabricação dos respectivos itens, para fins de ensaios de laboratório conforme descrito no Anexo I, sob pena de desclassificação.
- 5.14.4. Caso a amostra da empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar seja reprovada, será convocada a segunda empresa habilitada para apresentar as amostras, e assim sucessivamente.
- 5.14.5. A apresentação e o aceite da amostra não isenta, nem diminui a responsabilidade da adjudicatária, nem a garantia do material.
- 5.14.6. As amostras serão analisadas por comissão nomeada pela Secretaria Municipal de Educação. As amostras aprovadas serão lacradas e servirão como parâmetro de conferência para todas as entregas futuras.
- 5.14.7. A aprovação da amostra não impede que a Prefeitura Municipal de Queimados rejeite, total ou parcialmente, o produto que não for confeccionado e entregue de acordo com as especificações.
- 5.14.8. As Amostras não serão devolvidas e deverão ser exatamente iguais, contendo a mesma qualidade do produto que será entregue.
- 5.15. Serão obrigatoriamente personalizados todos os itens, exceto os itens 2 e 3 do lote 4 (calçados).
- 5.16. A empresa que vencer em primeiro lugar, poderá entrar em contato com a Subsecretaria Adjunta de Administração da Secretaria Municipal de Educação no e-mail semediradministracao@queimados.rj.gov.br para requerer o envio das imagens em melhor definição, uma vez que os itens personalizados deverão constar na entrega das amostras com a devida personalização;
- 5.17. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido acima (item 5.14.2) pelo pregoeiro/comissão, a partir de solicitação devidamente justificada pelo interessado, antes de findo o prazo, que decidirá sobre a solicitação;
- 5.18. No caso de não haver apresentação das amostras, ocorrer atraso, sem justificativa aceita, ou havendo apresentação das amostras fora das especificações previstas, a proposta será recusada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preço, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação será realizada pela Coordenação de Registro e Pesquisa de Preços da SEMED.
- 6.2. A contratação formalizar-se-á nos termos do previsto no art. 29 do Decreto Municipal nº 2.896/2023 e art. 95 da Lei Federal 14.133/2021.
- 6.3. Quando da utilização, o instrumento contratual de utilização do Registro de Preço deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 6.4. No aniversário da ARP será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação entre os períodos, observando a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador e pelos órgãos participantes.
- 6.5. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida no processo de utilização, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.6. O preço registrado com indicação dos participantes e fornecedores será divulgado no Portal da Transparência do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 6.7. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a responsável vencedora deverá cumprir com todas as obrigações com o Órgão Gerenciador e os órgãos participante, se houver, inclusive para a utilização da ARP, mantendo-se os preços, quantidades, qualidade e demais condições da proposta.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. Todo o acompanhamento referente a Ata de Registro de Preço será exercido pela Coordenação de Registro e Pesquisa de Preços da SEMED, devendo sempre remeter ao Gestor Contratual os casos necessários.
- 7.2. Caberá ao CONTRATANTE, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), designar servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução da Ata de Registro de Preço, bem como futura utilização e os contratos que delas decorrem, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3. Competirá à fiscalização acompanhar, de forma ampla, contínua e permanente, a execução dos contratos oriundos da utilização da Ata de Registro de Preço, verificando o cumprimento das obrigações contratuais, das especificações constantes neste Termo de Referência, e das condições apresentadas nas Notas Fiscais, observando a conformidade da entrega dos itens com os padrões de qualidade exigidos.
- 7.4. A CONTRATADA declara antecipadamente aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações que esta necessitar e que forem



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

julgados necessários, bem como a atender prontamente às recomendações e determinações formais emitidas pela fiscalização, desde que estejam previstas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

7.5. À fiscalização é conferida a prerrogativa de resolver casos omissos, singulares ou duvidosos, relacionados à execução do registro de preços e dos contratos que dele decorrem, desde que não impliquem alteração do objeto, valor ou prazo contratual, observando-se sempre as normas legais e contratuais vigentes.

7.6. A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade da CONTRATADA no que concerne ao cumprimento dos termos ajustados na Ata de Registro de Preço, quando da utilização, na entrega dos itens e nas consequências e implicações próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades no fornecimento do objeto não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

7.7. A atuação da fiscalização não exime nem reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA, a quem caberá responder, civil, administrativa e criminalmente, por quaisquer falhas, danos ou prejuízos decorrentes da entrega, inclusive perante terceiros.

7.8. Todos os registros e documentos produzidos pela fiscalização farão parte integrante do processo administrativo do contrato, devendo ser arquivados em meio físico e/ou digital, conforme normas internas da SEMED.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. **Não há qualquer pagamento no ato da formação da Ata de Registro de Preço.**

8.2. A Secretaria Municipal de Educação, por meio da Coordenação de Registro e Pesquisa de Preço, verificará o cumprimento das utilizações e fiscalizará a conformidade dos preços e condições registrados.

8.3. Na hipótese de descumprimento de qualquer preceito contratual remeterá a Ata de Registro de Preço a apreciação do Gestor Contratual para decisão sobre a manutenção da referida Ata.

8.4. **Quando da utilização**, o pagamento será efetivado em até 30 dias corridos após a entrega dos documentos referente à entrega dos uniformes, consoante o cumprimento dos requisitos elencados e dar-se-á da seguinte forma:

8.4.1. Os pagamentos serão feitos mediante entrega da Nota Fiscal correspondente à entrega dos uniformes, devidamente atestada pela Comissão de Acompanhamento de Execuções Contratuais da Secretaria Municipal de Educação, com cópia da nota de empenho, além de relatório fotográfico, do Termo de Contrato e Memorando de início, certidões pertinentes ao fato e requisição com solicitação de pagamento;

8.4.2. Não será permitido pagamento antecipado (Artigo 145 da Lei nº 14.133/2021);



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

8.4.3. O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal, social e trabalhista da empresa, ficando a CONTRATADA ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento.

8.4.4. Deverá ser emitida Nota Fiscal para a aquisição, constando o valor total do item/lote que compõe os uniformes escolares.

8.4.5. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.4.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.4.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.4.8. Antes do pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.4.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.4.10. Previamente à emissão de nota de empenho e ao pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.4.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

8.4.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

8.4.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.4.14. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

8.4.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.4.16. O prazo para pagamento somente se inicia após a requisição com solicitação estando devidamente instruída com toda a documentação pertinente, delineada neste Termo de Referência.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de **FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, visando eventual e futura aquisição de Uniformes Escolares.

9.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, e o modo de disputa **ABERTO**, nos termos do art. 6º, incisos XLI e XLVI da Lei nº 14.133/2021 e art. 9º do Decreto Municipal nº 2.896/2023.

9.3. Ainda que o julgamento seja por menor preço por lote, os participantes deverão apresentar em suas propostas o valor unitário para cada item e total do lote.

9.4. A seleção do critério de julgamento por lote se justifica nos termos definidos no Estudo Técnico Preliminar.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

10.2. O preço máximo para o pregão eletrônico, será o orçamento estimado apurado pela Coordenação de Planejamento de Compras/SEMED, por força de suas atribuições institucionais previstas na Lei 1.789/2024, que certificou a economicidade e comprovou a vantajosidade na



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

contratação, com base na Lei nº 14.133/2021, conforme Planilha de Preços em anexo, por meio do controle nº 0368093, atingindo o importe total de **R\$ 6.154.035,43 (seis milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trinta e cinco reais e quarenta e três centavos)**, sendo o valor médio estimado para o Lote I – R\$ 1.671.625,53 (*um milhão, seiscentos e setenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta e três centavos*); Lote II – R\$ 2.716.131,64 (*dois milhões, setecentos e dezesseis mil, cento e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos*); Lote III – R\$ 281.396,96 (*duzentos e oitenta e um mil, trezentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos*) e Lote IV – 1.484.881,30 (*um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e um reais e trinta centavos*), nos termos do representado abaixo:

PLANILHA DE VALORES CONSOLIDADOS	
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE I	R\$ 1.671.625,53
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE II	R\$ 2.716.131,64
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE III	R\$ 281.396,96
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE IV	R\$ 1.484.881,30
VALOR TOTAL ESTIMADO P/ A FORMAÇÃO DA ARP	R\$ 6.154.035,43

10.3. A planilha de custos e sua memória de cálculo servem como referência estimativa para o processo de contratação, não vinculando o contratante aos valores apresentados, conforme o disposto no art. 24, §1º, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014. Os valores apresentados visam garantir a exequibilidade do contrato com qualidade, segurança e regularidade, atendendo às exigências técnicas e legais da Secretaria Municipal de Educação de Queimados.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. No que pese a existência de dotação orçamentária, trata-se de formação de ata de registro de preço, merecendo nova avaliação quando da utilização da ARP.

11.2. Assim sendo, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, quando da utilização.

12. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

12.1. As Secretarias, Órgãos e Entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ATA (SEMED), através da Coordenação de Registro e Pesquisa de Preços-SEMED para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.2. A participação de secretarias municipais e outros órgãos de entes diversos do Município de Queimados será limitada à 3 (três) participantes, devendo estes participarem nos itens já dispostos neste Termo de Referência, sem possibilidade de inclusão de novos itens.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.3. As aquisições ou contratações adicionais por ente ou órgão não participantes não poderão exceder, por secretaria, órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes.

12.4. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.5. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão, ente ou secretaria não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata, devendo cumprir as atribuições inerentes a órgão participante e demais orientações do Órgão Gerenciador.

12.6. Não o fazendo no prazo estabelecido, será revogada a autorização do Órgão Gerenciador e liberada o quantitativo reservado para o órgão não participante.

12.7. O prazo de 90 (noventa) dias que trata o item 12.5 poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo Órgão Gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

12.8. Compete ao órgão ou entidade aderente cumprir e cobrar todos as obrigações assumidas com a empresa contratada, em relação a sua contratação, devendo apenas comunicar ao Órgão Gerenciador no caso de descumprimento das cláusulas constantes na ARP, para fins de registro.

13. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS

13.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na(s) ata(s) de registro de preços poderão ser remanejadas pelo Órgão Gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do procedimento licitatório.

13.2. O remanejamento de que trata o item 13.1 somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante e de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

13.3. O Órgão Gerenciador que estimou quantidades que pretende contratar será considerado também participante para efeito do remanejamento.

13.4. No caso de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, devem ser observados os limites previstos nos itens 12.3 e 12.4.

13.5. Nos termos do item acima caberá ao Órgão Gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

14. DAS OBRIGAÇÕES

14.1. DO ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

14.1.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preço, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação será realizada pela Coordenação de Registro e Pesquisa de Preços, que deverá:

14.1.1.1. Realizar o controle e o gerenciamento dos quantitativos das atas de registro de preços e de seus saldos e das solicitações de adesão;

14.1.1.2. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, incluindo o possível remanejamento dos quantitativos da ata, observados os procedimentos dispostos no art. 25 Decreto Municipal nº 2896/2023;

14.1.1.3. Acompanhar a flutuação dos preços no mercado de modo a manter a vantajosidade;

14.1.1.4. Verificar a necessidade e realizar as republicações trimestrais das Atas de Registro de Preço como determina a lei;

14.1.1.5. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

14.1.1.6. Gerir os pedidos de adesão das Secretarias, Órgãos e Entidades não participantes da Ata de Registro de Preços e orientar os procedimentos do órgão aderente;

14.1.1.7. Auxiliar a aplicação, em conjunto com o gestor dos contratos, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrar no SICAF;

14.1.1.8. Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo de 90 dias para conclusão do Órgão não participante finalizar a adesão a ARP (§ 6º do art. 26 do Decreto Municipal nº 2.896/2023), respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão ou entidade não participante.

14.1.1.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

14.2. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

14.2.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, bem como, as previstas no Edital, assumindo como



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.2.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas por este Termo de Referência, edital e proposta realizadas pela empresa vencedora;

14.2.3. Se responsabilizar pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato firmado entre as partes;

14.2.4. Atender prontamente às requisições do Município de Queimados no fornecimento dos itens do kit escolar nas quantidades e especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA e Anexos, inclusive quanto assinatura dos compromissos da ARP;

14.2.5. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no presente Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

14.2.6. Será responsável e assume total responsabilidade pelo CUSTEIO das embalagens, das despesas referentes ao manuseio, logística e transporte seguro quando da entrega dos materiais, ponto a ponto;

14.2.7. Será responsável pelas despesas com a mão de obra da equipe de apoio e de carregadores, além das despesas com alimentação, traslado e hospedagem, se necessários, dos profissionais envolvidos direta ou indiretamente com a logística de entrega dos itens do uniforme escolar na unidade estabelecida no subitem 3.3.2.

14.2.8. A CONTRATADA declara antecipadamente aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações que esta necessitar e que forem julgados necessários, desde que previstos no Termo de Referência e Edital.

14.2.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

14.2.10. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.2.11. Assumir, como exclusivamente suas, as responsabilidades pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;

14.2.12. Apresentar, quando solicitado pelo CONTRATANTE, quaisquer documentos que configure necessário para prosseguimento do certame;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 14.2.13. Responder perante ao CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à execução do objeto deste instrumento;
- 14.2.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para o CONTRATANTE;
- 14.2.15. Instruir o fornecimento do objeto deste instrumento com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da solicitação de entrega (requisição);
- 14.2.16. Não transferir, em hipótese alguma, a presente contratação a terceiro;
- 14.2.17. Cumprir rigorosamente com os prazos e demais condições previstas neste instrumento, bem como com toda e qualquer exigência legal aplicável ao presente caso;
- 14.2.18. Informar ao Fiscal, ou ao seu substituto eventual, quando for o caso, a ocorrência de qualquer anormalidade, prestando esclarecimento necessários;
- 14.2.19. Arcar com as despesas decorrentes da não observância das condições constantes deste instrumento, bem como de infrações praticadas por seus funcionários, ainda que no recinto do Contratante;
- 14.2.20. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a essa contratação, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência.
- 14.2.21. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste objeto;
- 14.2.22. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas;
- 14.2.23. Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;
- 14.2.24. Adotar todas as providências necessárias para a fiel execução da ARP, em conformidade com as disposições do Termo de Referência, executando-o com eficiência, presteza e pontualidade;
- 14.2.25. Quando da utilização:
- 14.2.25.1. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, fixado neste Termo de Referência, os itens com avarias, estragados, danificados, sem selo do INMETRO ou fora da data de validade



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

14.2.25.2. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, sem prejuízo as sanções cabíveis que possa ter;

14.2.25.3. Assumir, com exclusividade, todos encargos, impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste instrumento, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, trânsito, e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;

14.2.25.4. Satisfazer rigorosamente o objeto desta contratação, em conformidade com todas as condições e os prazos estabelecidos neste instrumento;

14.2.25.5. Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando a execução do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de o CONTRATANTE fiscalizar e acompanhar todo o procedimento;

14.2.25.6. Efetuar a entrega dos produtos dentro do prazo proposto e aceito pelo contratante, devendo oferecer bens com a qualidade e a tempestividade prometidas;

14.2.25.7. Fornecer os bens objetos da contratação, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes;

14.2.25.8. Cumprir as garantias legais e contratuais expostas neste Termo de Referência, sob seu ônus;

14.2.25.9. Manter o endereço e telefone atualizado para fins do recebimento das intimações e mensagens, nos termos do item 6.9.

14.3. DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR CONTRATUAL

14.3.1. São Obrigações do Gestor Contratual:

14.3.2. Manter sob sua guarda o processo administrativo de formação de Ata de Registro de Preço, enquanto for necessário;

14.3.3. Requerer a utilização da Ata de Registro de Preço quando necessário;

14.3.4. Receber e providenciar solução junto à empresa vencedora sobre quaisquer ocorrências, irregularidades ou descumprimentos contratuais, informados e não solucionados, encaminhando à Administração, caso não seja possível saná-los sem intervenção oficial;

14.3.5. Receber e analisar, junto com a Coordenação de Registro e Pesquisa de Preços quaisquer solicitações encaminhadas pela empresa vencedora;

14.3.6. Após a conclusão da contratação, providenciar cópias e/ou anotações de todas as informações relevantes a respeito da Ata de Registro de Preço, bem como de toda a documentação e legislação pertinentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 14.3.7. Deferir, após análise da Coordenação de Registro e Pesquisa de Preço, a participação de órgão ou entidade não participante;
- 14.3.8. Acompanhar junto a Coordenação de Registro e Pesquisa de Preço, bem como as subsecretarias solicitantes, a necessidade de utilizar a ata de registro de preço até a sua data de validade;
- 14.3.9. Manter registro das ocorrências relevantes referentes à contratação, incluindo eventuais irregularidades;
- 14.3.10. Notificar a Administração sobre quaisquer falhas ou atrasos na execução contratual, bem como qualquer descumprimento das obrigações estabelecidas (caso não consiga solucioná-las no contato com o preposto da contratada);
- 14.3.11. Designar servidor ou Comissão para atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela contratada (verificando ser correto preenchimento);
- 14.3.12. Ficarão reservados ao Gestor contratual o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione como o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o ou contratante modificação do contrato.
- 14.3.13. As decisões que ultrapassem a competência do Gestor contratual deverão ser solicitadas formalmente pela contratada ao Exmo. Sr. Prefeito, através do Gestor, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

14.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.4.1. A Contratante, além das obrigações contidas neste instrumento e aquelas decorrentes de determinação legal, obrigar-se à:
- 14.4.2. Proporcionar as facilidades necessárias ao perfeito desenvolvimento dos registros de preços;
- 14.4.3. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela empresa vencedora, se assim julgar conveniente, a fim de proporcionar o cumprimento das obrigações contratuais;
- 14.4.4. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a empresa ora contratada quando da utilização;
- 14.4.5. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do fornecimento;
- 14.4.6. Proporcionar condições para a boa execução do objeto deste instrumento.
- 14.4.7. Notificar, formal e tempestivamente, a empresa registrada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 14.4.8. Quando do cancelamento do registro, convocar a próxima empresa registrada.
- 14.4.9. Notificar as empresas que registraram o preço, por escrito e com antecedência, sobre quaisquer eventuais multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, caso haja;
- 14.4.10. Fiscalizar a presente Ata de Registro de Preço, seu registro, cumprimento, utilização e execução da utilização;
- 14.4.11. Receber notícias da inadimplência contratual de órgãos não participantes aderentes a Ata de Registro de Preço;
- 14.4.12. Quando da utilização, acompanhar a entrega dos materiais efetuada pela contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão da entrega;
- 14.4.13. Acompanhar a execução nos Termos do Inciso III do Art. 104 c/c o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, através do Fiscal do Contrato, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, inclusive as obrigações da CONTRATADA, também constantes no presente Termo de Referência, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, notificando, por escrito, a CONTRATADA, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento, objeto deste instrumento, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, bem como sobre a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa;, anotando em registro próprio todas as ocorrências constatadas;
- 14.4.14. Efetuar a juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual;
- 14.4.15. Prestar as informações e os esclarecimentos restritos ao objeto deste instrumento, necessárias ao desenvolvimento das atividades relativas às obrigações assumidas, sempre que solicitado;
- 14.4.16. Atestar os documentos fiscais correspondentes aos objetos adquiridos, quando executados a contento;
- 14.4.17. Após a utilização, efetuar os pagamentos devidos à contratada, nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 14.4.18. Rejeitar no todo ou em parte o objeto contratual em desacordo com o previsto neste Termo de Referência.

15. SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.
- 15.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

16.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preço, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação será realizada pela Coordenação de Registro e Pesquisa de Preços, que deverá:

16.1.1. Realizar o controle e o gerenciamento dos quantitativos das atas de registro de preços e de seus saldos e das solicitações de adesão;

16.1.2. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, incluindo o possível remanejamento dos quantitativos da ata, observados os procedimentos dispostos no art. 25 Decreto Municipal nº 2896/2023;

16.1.3. Acompanhar a flutuação dos preços no mercado de modo a manter a vantajosidade;

16.1.4. Verificar a necessidade e realizar as republicações trimestrais das Atas de Registro de Preço como determina a lei;

16.1.5. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

16.1.6. Gerir os pedidos de adesão das Secretarias, Órgãos e Entidades não participantes da Ata de Registro de Preços e orientar os procedimentos do órgão aderente;

16.1.7. Auxiliar a aplicação, em conjunto com o gestor dos contratos, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrar no SICAF;

16.1.8. Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo de 90 dias para conclusão do Órgão não participante finalizar a adesão a ARP (§ 6º do art. 26 do Decreto Municipal nº 2.896/2023), respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão ou entidade não participante.

16.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

16.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

16.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

16.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato,



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

16.6. A Comissão de Fiscalização do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização de itens faltando ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

16.7. A Comissão de Fiscalização do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

16.8. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

17. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. Na fabricação e personalização dos Uniformes Escolares deverá observar critérios de sustentabilidade voltados à redução de impactos ambientais, à eficiência energética e ao uso racional de recursos, aplicando-se a todas as modalidades contratadas;

17.2. A Contratada deverá apresentar uma declaração de que adota práticas de logística reversa para as embalagens e resíduos gerados em seu próprio processo produtivo e logístico, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

17.3. A Contratada deverá apresentar declaração de que cumpre plenamente as normas relativas à saúde e segurança no trabalho de seus empregados e que não emprega mão de obra infantil nem práticas de trabalho análogas à de escravo em sua cadeia produtiva, sob pena de sanções e rescisão contratual;

17.4. O descumprimento das medidas de sustentabilidade poderá ensejar aplicação de sanções contratuais, e a adoção de tecnologias limpas ou de ações comprovadamente redutoras de impacto ambiental poderá ser considerada como critério de pontuação técnica ou fator de inovação na execução do contrato;

17.5. Além disso, a empresa a ser oportunamente contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro de pessoas envolvidas com o manuseio de ferramentas, equipamentos, uniforme e inflamáveis, conforme legislação vigente;

17.6. Por fim, a empresa a ser oportunamente contratada também deverá se responsabilizar pelo tratamento equitativo de seus funcionários, independente de credos, raça e sexo.

18. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1. O registro do participante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

18.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

18.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

18.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

18.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.5. No caso do item 18.1.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

18.1.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.4 será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

18.2.1. Por razão de interesse público;

18.2.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

18.3. Poderão ainda ser cancelados nos casos legais.

19. EXTINÇÃO DO CONTRATO

19.1. Quando da utilização do Registro de Preço, a administração Pública poderá solicitar a extinção contratual de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à licitante qualquer hipótese prevista neste instrumento, nos casos indicados no artigo 137, incisos I à XI da Lei nº 14.133/21. No caso de Ata de Registro de Preço, quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da empresa licitada, conforme previsto nesse mesmo diploma legal, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução contratual até a data da rescisão.

19.2. Ocorrendo a rescisão contratual pelo não cumprimento das cláusulas do edital ou termo de referência por parte da empresa licitada, poderá a Secretaria de Educação, sem prejuízo das sanções legais, realizar a retenção dos créditos devidos a contratada, decorrentes deste certame até o limite dos prejuízos por esta causados.

19.3. Caso a Secretaria de Educação tenha que ingressar em juízo para fazer valer o instrumento contratual, bastará alegar os fatos constitutivos de seu direito, competindo à contratada o ônus de provar o contrário. Se o ente contratante for réu ou litisconsorte passivo, bastará a sua alegação dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da contratada e a esta restará o ônus da prova contrária.

20. DO REAJUSTE

20.1. A revisão dos preços deverá ser efetuada a cada 6 (seis) meses, contados do início da vigência da ARP, com a publicação no DOQ, pela Coordenação de Registro e Pesquisa de Preços.

20.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

20.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. O reajuste será realizado por apostilamento.

20.5. Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

20.6. Ultrapassado a vigência de um ano da ARP, no caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

20.7. Para tanto, deverá o CONTRATADO encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas, sob pena de indeferimento e manutenção dos preços.

20.8. Quando do contrato na fase de utilização, os preços são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, observado o que se estipula no item 20.6.

20.8.1. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA- E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.9. Os reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21. DA DOCUMENTAÇÃO MÍNIMA DE HABILITAÇÃO

21.1. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos e forma deste Termo de Referência e do Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

21.2. Habilitação Jurídica:

21.2.1. **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

21.2.2. **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

21.2.3. **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

21.2.4. **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

21.2.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

21.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

21.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

21.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

21.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

21.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

21.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

21.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

21.3.7. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual e com a Fazenda Municipal da sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

21.3.8. Prova de regularidade com a Procuradoria Geral do Município sede da empresa licitante para efeitos de licitação;

21.3.9. Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito Negativo de débito do Município de Queimados (ISS, ITBI, IPTU e outras taxas - art. 85 c/c art.109 do CTMQ) para as licitantes sediadas no Município de Queimados. Para as sediadas em outros Municípios as respectivas certidões do Município em que são sediadas;

21.3.10. Caso o licitante seja considerado isento de Inscrição Estadual ou apresente Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação, deverá comprovar tal condição mediante declaração expedida pela Procuradoria Geral do Estado do seu domicílio ou sede da licitante;

21.3.11. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

21.4. Habilitação Técnica (Qualificação Técnica)

21.4.1. Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica anterior, obrigatoriamente pertinente e compatível com o objeto a ser contratado nesta licitação, expedido por entidade pública ou privada, usuária do serviço/bem em questão, comprovando o fornecimento dos serviços/bens.

21.4.2. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com a identificação necessária.

21.4.3. Os atestados deverão ser datados e assinados por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como os dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência pelo pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

21.4.4. O licitante disponibilizará, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e relatório dos bens entregues, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.5. Qualificação econômico-financeira

21.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

21.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

21.5.3. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro.

21.5.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

21.5.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

21.5.6. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

21.5.7. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, para fins de qualificação, o requisito de Patrimônio Líquido Mínimo estabelecido no item 21.5.6.

21.6. Será verificado, sob pena de desclassificação, se o licitante apresentou as declarações estabelecidas no Edital, e seus respectivos subitens, que visam atender aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

21.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

21.8.1. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

21.8.2. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

21.9. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados da data de sua expedição.

21.10. Constatado o atendimento das exigências previstas no edital, na hipótese de inexistência de recursos, a licitante será declarada vencedora.

21.11. Se a licitante desatender às exigências previstas no item 26, o pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, o licitante ou o contratado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

22.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

22.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

22.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 22.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 22.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 22.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 22.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 22.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 22.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 22.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 22.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 22.3. A CONTRATADA, cometendo qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 22.3.1. advertência;
- 22.3.2. multa;
- 22.3.3. impedimento de licitar e contratar;
- 22.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 22.3.5. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 22.3.6. Multa, no caso de inexecução total do objeto contratado, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Item 22.1.
- 22.3.6.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 22.3.7. O descumprimento das demais obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

vencedora à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por ocorrência de fato, sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da comunicação oficial;

22.3.8. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

22.3.9. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

22.3.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

22.3.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do contratado, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.3.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784, de 1999.

22.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. DA PUBLICAÇÃO

23.1. A contratação será publicada no Diário Oficial e demais meios exigidos pela legislação.

24. DA REMESSA AO TCE

24.1. Obrigar-se-á o CONTRATANTE a providenciar a remessa de cópia do contrato a ser firmado ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – T.C.E., no prazo de legal, após sua regular publicação, se for o caso.

25. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

25.1. A presente contratação visa garantir a entrega de Uniformes aos alunos e professores da Rede Municipal de Educação de Queimados, assegurando o direito de acesso e permanência dos alunos às unidades de ensino. Busca-se, ainda, fortalecer as ações de inclusão e equidade educacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

25.2. A Secretaria Municipal de Educação, por meio de sua equipe técnica, assegurará o planejamento, acompanhamento e fiscalização permanente do Registro de Preço, observando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

25.3. Esta contratação também reafirma o compromisso da Administração Municipal com a sustentabilidade, a segurança e a acessibilidade, observando as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 13.019/2014 e da legislação municipal aplicável, de forma a garantir que os recursos públicos sejam empregados de modo responsável e transparente, em benefício direto dos estudantes, dos professores e da comunidade escolar.

26. DO FORO

26.1. Para qualquer procedimento judicial fica eleito o foro da Comarca de Queimados - RJ, renunciando a CONTRATADA por si e por seus sucessores a qualquer outro que tenha, ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

Elaborado por:

Assessor que auxiliou na elaboração do documento:

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCIS DOS SANTOS SILVA
Data: 17/04/2026 09:47:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FRANCIS DOS SANTOS SILVA
Assessoria Técnica – Contratos
Matrícula nº 14322/01

Responsáveis pelo documento:

Documento assinado digitalmente
gov.br SONIA IGNACIA DA SILVA SANTOS
Data: 16/04/2026 18:32:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SONIA IGNACIA DA SILVA SANTOS
Subsecretário Adjunta de Administração
Matrícula: 14250/01

Documento assinado digitalmente
gov.br LEONARDO DA SILVA PEREIRA
Data: 16/04/2026 18:18:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEONARDO DA SILVA PEREIRA
Subsecretário Adjunta de Assuntos
Educação
Matrícula: 11669/01

Acolho,

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRÉ LUIZ MONSORES DE ASSUMPÇÃO
Data: 16/04/2026 18:23:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDRÉ LUIZ MONSORES DE ASSUMPÇÃO
Secretário Municipal de Educação
Matrícula nº 14231/01

PLANILHA DE PREÇOS

FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	EMPRESA A		EMPRESA B		EMPRESA C		EMPRESA D		EMPRESA E		MÉDIA	
					BANCO DE PREÇOS		PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS - PNCP		ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2024 - CODEVAR		CONTRATO 003/2025 - MUNICÍPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ		CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 94/2025 - MUNICÍPIO DE ITU/SP			
					PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	1	CAMISETA COM MANGA CURTA (Educação Infantil ao Fundamental Anos Finais)	UNID	28340	R\$ 35,13	R\$ 995.584,20	R\$ 37,00	R\$ 1.048.580,00	R\$ 27,25	R\$ 772.265,00	R\$ 23,75	R\$ 673.075,00	R\$ 29,00	R\$ 821.860,00	R\$ 30,43	R\$ 862.386,20
		CAMISETA COM MANGA CURTA (Educação de Jovens e Adultos)	UNID	536	R\$ 35,13	R\$ 18.829,68	R\$ 37,00	R\$ 19.832,00	R\$ 27,25	R\$ 14.606,00	R\$ 23,75	R\$ 12.730,00	R\$ 29,00	R\$ 15.544,00	R\$ 30,43	R\$ 16.310,48
	2	CAMISETA REGATA	UNID	14170	R\$ 34,50	R\$ 488.865,00	R\$ 30,90	R\$ 437.853,00	R\$ 27,00	R\$ 382.590,00	R\$ 23,75	R\$ 336.537,50	R\$ 29,00	R\$ 410.930,00	R\$ 29,03	R\$ 411.355,10
	3	CAMISETA BRANCA (PROFESSOR)	UNID	2633	R\$ 39,32	R\$ 103.529,56	R\$ 43,43	R\$ 114.351,19	R\$ 27,25	R\$ 71.749,25	R\$ 23,75	R\$ 62.533,75	R\$ 29,00	R\$ 76.357,00	R\$ 32,55	R\$ 85.704,15
	4	MEIAS ESTILO COLEGIAL	PAR	28340	R\$ 11,43	R\$ 323.926,20	R\$ 11,92	R\$ 337.812,80	-	-	R\$ 7,97	R\$ 225.869,80	-	-	R\$ 10,44	R\$ 295.869,60
	VALOR TOTAL DO LOTE I =														R\$ 1.671.625,53	

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	EMPRESA A		EMPRESA B		EMPRESA C		EMPRESA D		EMPRESA E		MÉDIA	
					BANCO DE PREÇOS		PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS - PNCP		ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2024 - CODEVAR		CONTRATO 003/2025 - MUNICÍPIO DE CACHOEIRAS DE MACAGU/RJ		CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 94/2025 - MUNICÍPIO DE ITUI/SP			
					PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
2	1	BERMUDA UNISSEX (MATERIAL HELANCA)	UNID	28085	R\$ 45,67	R\$ 1.282.641,95	R\$ 36,00	R\$ 1.011.060,00	R\$ 35,00	R\$ 982.975,00	R\$ 31,95	R\$ 897.315,75	R\$ 34,99	R\$ 982.694,19	R\$ 36,72	R\$ 1.031.281,20
	2	SHORT SAIA (MATERIAL HELANCA)	UNID	2514	R\$ 35,75	R\$ 89.875,50	R\$ 39,81	R\$ 100.082,34	R\$ 35,00	R\$ 87.990,00	R\$ 31,90	R\$ 80.196,60	R\$ 34,99	R\$ 87.964,86	R\$ 35,49	R\$ 89.221,86
	3	CALÇA COMPRIDA (MATERIAL HELANCA)	UNID	11102	R\$ 49,52	R\$ 549.771,04	R\$ 47,80	R\$ 530.675,60	R\$ 48,45	R\$ 537.891,90	R\$ 43,20	R\$ 479.606,40	R\$ 49,00	R\$ 543.998,00	R\$ 47,59	R\$ 528.344,18
	4	JAQUETA COM ZIPER (MATERIAL HELANCA)	UNID	14170	R\$ 63,69	R\$ 902.487,30	R\$ 88,00	R\$ 1.246.960,00	R\$ 73,00	R\$ 1.034.410,00	R\$ 64,90	R\$ 919.633,00	R\$ 87,00	R\$ 1.232.790,00	R\$ 75,32	R\$ 1.067.284,40
	VALOR TOTAL DO LOTE II =															R\$ 2.716.131,64

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	EMPRESA A		EMPRESA B		EMPRESA C		EMPRESA D		EMPRESA E		MÉDIA	
					BANCO DE PREÇOS		PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS - PNCP¹		PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS - PNCP¹		ARP 49/2025 MUNICÍPIO DE ITAPETINGA/BA		-			
					PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.*	TOTAL
3	1	CALÇA JEANS (Masculino e Feminino)	UNID	3068	R\$ 94,97	R\$ 260.687,96	R\$ 97,82	R\$ 300.111,76	R\$ 88,90	R\$ 272.745,20	R\$ 95,20	R\$ 292.073,60	-	-	R\$ 91,72	R\$ 281.396,96
VALOR TOTAL DO LOTE III =															R\$ 281.396,96	

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	EMPRESA A		EMPRESA B		EMPRESA C		EMPRESA D		EMPRESA E		MÉDIA	
					BANCO DE PREÇOS		PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS - PNCP		ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2024 - CODEVAR		CONTRATO 003/2025 - MUNICÍPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ		-			
					PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
	1	TÊNIS COM CADARÇOS	PAR	11657	R\$ 109,18	R\$ 1.272.711,26	R\$ 129,12	R\$ 1.505.151,84	R\$ 95,00	R\$ 1.107.415,00	R\$ 87,50	R\$ 1.019.987,50	-	-	R\$ 105,20	R\$ 1.226.316,40
	2	TÊNIS COM VELCRO	PAR	2514	R\$ 100,54	R\$ 252.757,56	R\$ 114,00	R\$ 286.996,00	R\$ 94,00	R\$ 236.316,00	-	-	-	-	R\$ 102,85	R\$ 258.564,90
	VALOR TOTAL DO LOTE IV =														R\$ 1.484.881,30	


Data Base: FEVEREIRO/MARÇO 2026

Preços compatíveis com o mercado, com propostas acotadas aos autos.

* A média dos valores unitários, referem-se aos valores aproximados para garantir o valor monetário em 02 (duas) casas decimais.

PLANILHA DE VALORES CONSOLIDADOS	
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE I	R\$ 1.671.625,53
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE II	R\$ 2.716.131,64
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE III	R\$ 281.396,96
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE IV	R\$ 1.484.881,30
VALOR TOTAL ESTIMADO P/ A FORMAÇÃO DA ARP	R\$ 6.154.035,43

Documento assinado digitalmente

 THIAGO SIMONATO LEITE TORRES

Data: 04/03/2026 14:11:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Thiago Simonato Leite Torres

Matricula 16324/01

Coordenação de Planejamento de Compras – CPC

QUEIMADOS/RJ, 04 DE MARÇO DE 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS UNIFORMES ESCOLARES

Este documento detalha as especificações técnicas mínimas exigidas para a fabricação e fornecimento dos Uniformes Escolares e Calçados, conforme a tabela de itens. As cores institucionais de referência são: **Azul Royal**, **Laranja** e **Branco**, devendo seguir o padrão visual da logomarca oficial da Prefeitura de Queimados.

LOTE 1: MALHARIA (CAMISAS, CAMISETAS E MEIAS)

ITEM 1: Camiseta com Manga Curta (Infantil, Juvenil e EJA)

Especificação	Detalhe Técnico
Modelo	Camiseta gola redonda (careca), manga curta, estilo <i>raglan</i> . Modelagem unissex, com ajustes para tamanhos infantis e adultos (P ao XXG).
Tecido/Composição	Malha P.V. (67% Poliéster e 33% Viscose) ou 100% Poliéster (Tecnologia Dry Fit ou similar), que confira durabilidade, conforto, e retenção de cor após múltiplas lavagens.
Gramatura	Mínima de 160 g/m² (para P.V.) ou 130 g/m² (para Poliéster Dry Fit).
Cores	Corpo principal na cor Branca . Mangas e gola na cor Azul Royal e/ou Laranja (conforme padrão visual da aquisição anterior - Imagem 1: Corpo Branco, Manga Azul Royal, Gola Laranja).
Acabamento/Gola	Gola em malha canelada (<i>ribana</i>) na cor Laranja, reforçada com costura dupla na junção.
Personalização	Frente: Aplicação da logomarca institucional (Brasão e "Prefeitura de Queimados") na altura do peito, lado esquerdo (ou centralizada, conforme padrão) em Serigrafia Digital (Sublimação) ou Serigrafia a base d'água de alta resistência, com cores institucionais (Azul, Laranja, Branco, Verde).
Costura	Costuras laterais, ombros e barras com linha de poliéster, pontos firmes e uniformes (mínimo 4 pontos/cm).



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITEM 2: Camiseta Regata (Infantil, Juvenil e EJA)

Especificação	Detalhe Técnico
Modelo	Camiseta Regata (tipo cavada), gola redonda. Modelagem unissex, com ajustes para tamanhos infantis e adultos (P ao XXG).
Tecido/Composição	Malha P.V. (67% Poliéster e 33% Viscose) ou 100% Poliéster (Tecnologia Dry Fit ou similar).
Gramatura	Mínima de 160 g/m² (para P.V.) ou 130 g/m² (para Poliéster Dry Fit).
Cores	Corpo principal na cor Branca . Acabamento da gola e cavas em viés ou malha canelada (<i>ribana</i>) na cor Laranja .
Personalização	Frente: Aplicação da logomarca institucional na altura do peito, em Serigrafia Digital ou Serigrafia a base d'água de alta resistência.

ITEM 3: Camisa Branca com Manga Curta (Professores)

Especificação	Detalhe Técnico
Modelo	Camisa Gola Redonda, manga curta. Modelagem específica para Adulto (Masculina e Feminina, se aplicável, P ao XXG). Imagem 3 sugere um modelo similar à camiseta, com cores contrastantes.
Tecido/Composição	Malha 100% Poliéster de alta durabilidade ou Malha Piquet (50% Algodão / 50% Poliéster) para um acabamento mais profissional.
Gramatura	Mínima de 180 g/m² .
Cores	Corpo principal na cor Branca . Mangas e gola na cor Laranja (conforme Imagem 3).
Personalização	Frente: Logomarca institucional. Costas: Serigrafia em destaque com o texto " PROFESSOR " na cor Azul Royal , em fonte e tamanho visível e padronizado.

ITEM 4: Meias Estilo Colegial (PAR)

Especificação	Detalhe Técnico
Modelo	Meia cano alto (Estilo Colegial) para maiores e cano médio/curto para crianças pequenas (2 a 14 anos). Ajuste anatômico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Tecido/Composição	Mínimo de 60% Algodão (para conforto e absorção de suor), complementado por Poliamida/Poliéster e Elastano (para ajuste e durabilidade).
Gramatura	Média a alta, para garantir a maciez e resistência.
Cores	Cor Branca predominante.
Personalização	Cano: Bordado do nome da cidade (Queimados) com as cores institucionais (Azul, Laranja, Verde) conforme Imagem 9.

LOTE 2: HELANCA/MALHA (AGASALHOS E PEÇAS INFERIORES)

Todas as peças de Helanca deverão utilizar tecido com tratamento anti-pilling.

ITEM 1: Bermuda Unissex (Helanca)

Especificação	Detalhe Técnico
Modelo	Bermuda unissex, comprimento na altura do joelho, cós com elástico de alta resistência e cadarço interno para ajuste (opcional para tamanhos pequenos).
Tecido/Composição	Helanca Escolar (100% Poliéster) de alta gramatura e resistência.
Gramatura	Mínima de 200 g/m² .
Cores	Predominantemente Azul Royal . Aplicação de vivos (faixas laterais) na cor Laranja .
Personalização	Perna Direita: Serigrafia da logomarca institucional na cor Branca em local padronizado (conforme Imagem 4).

ITEM 2: Short Saia (Helanca)

Especificação	Detalhe Técnico
Modelo	Short-saia, cós com elástico. Short interno acoplado na mesma Helanca. Modelagem exclusiva para tamanhos infantis (Creche e Pré-Escola).
Tecido/Composição	Helanca Escolar (100% Poliéster).



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Gramatura	Mínima de 200 g/m² .
Cores	Predominantemente Azul Royal . Barra da saia com aplicação de vivo (faixa) na cor Laranja .
Personalização	Perna Direita: Serigrafia da logomarca institucional na cor Branca em local padronizado (conforme Imagem 5).

ITEM 3: Calça (Helanca)

Especificação	Detalhe Técnico
Modelo	Calça unissex, corte reto, cós com elástico de alta resistência e cadarço interno. Punho na barra (opcional) ou barra simples.
Tecido/Composição	Helanca Escolar (100% Poliéster).
Gramatura	Mínima de 200 g/m² .
Cores	Predominantemente Azul Royal . Aplicação de vivos (faixas laterais contínuas) na cor Laranja (conforme Imagem 6).
Personalização	Perna Esquerda (sugestão): Serigrafia da logomarca institucional na cor Branca em local padronizado.

ITEM 4: Jaqueta com Zíper (Helanca)

Especificação	Detalhe Técnico
Modelo	Jaqueta com gola alta, fechamento frontal com zíper de nylon injetado, destacável e reforçado, com puxador metálico. Punho e barra em ribana ou Helanca dupla.
Tecido/Composição	Helanca Escolar (100% Poliéster).
Gramatura	Mínima de 220 g/m² .
Cores	Predominantemente Azul Royal . Aplicação de vivos (faixas) na cor Laranja nas mangas (conforme Imagem 7).
Personalização	Peito Esquerdo: Bordado ou Serigrafia da logomarca institucional (em tamanho reduzido), com cores originais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LOTE 3: TECIDO PLANO/JEANS

ITEM 1: Calça Jeans

Especificação	Detalhe Técnico
Modelo	Calça unissex, corte reto clássico (<i>five pockets</i> - 5 bolsos). Reforço nas costuras de entrepernas e bolsos.
Tecido/Composição	Tecido Denim (Jeans) com composição de 80% Algodão e 20% Poliéster ou 100% Algodão, resistente à abrasão.
Gramatura	Mínima de 7,5 oz/yd² (onças por jarda quadrada), conferindo resistência ideal para uso escolar.
Cores	Cor Azul Jeans Escuro (Índigo) ou similar ao padrão visual da aquisição anterior (conforme Imagem 8). Fio de costura contrastante (ocre/mostarda) e aviamentos metálicos (botão e rebites) em tom ouro velho.
Personalização	Cós: Etiqueta personalizada com o nome ou logo da Instituição (opcional).

LOTE 4: CALÇADOS

ITEM 1: Tênis com Cadarços (PAR)

Especificação	Detalhe Técnico
Modelo	Tênis casual/esportivo, cano baixo, fechamento por cadarços. Tamanhos do 34 ao 43 (ou conforme faixa etária de 6 a 14 anos).
Material	Cabedal: Lona resistente (100% Algodão ou mescla Algodão/Poliéster). Forro: Material têxtil que permita a transpiração. Solado: Borracha natural vulcanizada, antiderrapante. Palmilha: Removível, em EVA ou material similar de amortecimento.
Cores	Azul Royal/Marinho no cabedal. Solado e biqueira (se aplicável) em Branco . Detalhes em faixas ou acabamento na cor Laranja (conforme Imagem 10). Cadarços em Branco .



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITEM 2: Tênis com Velcro (PAR)

Especificação	Detalhe Técnico
Modelo	Tênis casual, cano baixo, fechamento por duas ou três tiras de velcro de alta aderência. Modelagem adequada para crianças (Creche e Pré-Escola).
Material	Cabedal: Lona resistente (100% Algodão ou mescla Algodão/Poliéster). Solado: Borracha natural vulcanizada, antiderrapante, que não marque o piso.
Cores	Deve seguir o mesmo padrão de cores do Item 2: Azul Royal/Marinho com detalhes em Branco e Laranja (conforme imagem 11).



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Imagens comparativas e Referências

As imagens e referências a seguir são os Uniformes adquiridos para o ano letivo de 2025.

LOTE 1

Imagem 1: ITEM 1 – LOTE 01 - CAMISETA COM MANGA CURTA





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Imagem 2: ITEM 2 – LOTE 01 - CAMISETA REGATA





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Imagem 3: ITEM 3 – LOTE 1– CAMISA BRANCA COM MANGA CURTA (PROFESSOR)



Imagem 4 - ITEM 4 – LOTE 1 - MEIAS ESTILO COLEGIAL (PAR)





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LOTE 2

Imagem 5: ITEM 1 –LOTE 2 - BERMUDA UNISSEX (MATERIAL HELANCA)





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Imagem 6: ITEM 2 – LOTE 2 - SHORT SAIA (MATERIAL HELANCA)





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Imagem 7: ITEM 3 – Lote 2 - CALÇA COMPRIDA (MATERIAL HELANCA)





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Imagem 8: ITEM 4 – LOTE 2 - JAQUETA COM ZÍPER (MATERIAL HELANCA)





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LOTE 3

Imagem 9: ITEM 1 - LOTE 3 – CALÇA JEANS (MASCULINO E FEMININO)





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Imagem 10: ITEM - 1 LOTE 4 - TÊNIS COM CADARÇOS (PAR)





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Imagem 11: ITEM 2 – LOTE 4 - TÊNIS COM VELCRO (PAR)



Documento assinado digitalmente

SONIA IGNACIA DA SILVA SANTOS
Data: 23/02/2026 10:20:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SONIA IGNACIA DA SILVA SANTOS
Subsecretária Adjunta de Administração
Matrícula: 14250/01



Documento assinado digitalmente

LEONARDO DA SILVA PEREIRA
Data: 23/02/2026 11:05:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEONARDO DA SILVA PEREIRA
Subsecretário Adjunta de Assuntos Educacionais
Matrícula: 11669/01



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO II

DAS QUANTIDADES DE LOTES E ITENS DOS UNIFORMES ESCOLARES

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade unitária	Quantidade de alunos/professores	Percentual de ajuste	Quantidade Total	Segmento Educacional	Faixa Etária	Observações
1	1	Camiseta com manga curta	Unidade	2	12.882	10%	28.340	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Abrangendo P ao XG para tamanhos infantis e juvenis.
		Camiseta com manga curta	Unidade	1	487	10%	536	Educação de Jovens e Adultos - EJA	Adulto	Abrangendo P ao XXG para Educação Jovens e Adultos
	2	Camiseta Regata	Unidade	1	12.882	10%	14.170	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Abrangendo P ao XG para tamanhos infantis e juvenis.
	3	Camiseta Branca (Professor)	Unidade	2	1.097	20%	2.633	Professor	Adulto	Tamanhos P ao XXG para professores
	4	Meias Estilo Colegial	Par	2	12.882	10%	28.340	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2	1	Bermuda Unissex (material helanca)	Unidade	2	12.766	10%	28.085	Metade da Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária e gênero
	2	Short Saia (material helanca)	Unidade	2	1.143	10%	2.514	Metade da Educação Infantil	2 a 5 anos	Tamanhos reduzidos para crianças menores (Creche e Pré-Escola)
	3	Calça Comprida (material helanca)	Unidade	1	10.093	10%	11.102	Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária
	4	Jaqueta com zíper (material helanca)	Unidade	1	12.882	10%	14.170	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária
3	1	Calças Jeans (Masculino e Feminino)	Unidade	1	2.789	10%	3.068	Ensino Fundamental Anos Finais	10 a 14 anos	Tamanhos focados na puberdade (Anos finais da Educação Fundamental)
4	1	Tênis com Cadarços	Par	1	10.597	10%	11.657	Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Fundamental Anos Finais	6 a 14 anos	Tamanhos para crianças maiores (Ensino Fundamental)
	2	Tênis com Velcro	Par	1	2.285	10%	2.514	Educação Infantil	2 a 5 anos	Para crianças pequenas (Creche e Pré-Escola)



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RELAÇÃO DE ITENS POR SEGUIMENTO

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade unitária	Quantidade de alunos/professores	Percentual de ajuste	Quantidade Total	Valor Unitário Médio (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE
1	1	Camiseta com manga curta	Unidade	2	12.882	10%	28.340	R\$ 75,50	R\$ 2.180.145,55	R\$ 3.588.039,37
		Camiseta com manga curta	Unidade	1	487	10%	536			
	2	Camiseta Regata	Unidade	1	12.882	10%	14.170	R\$ 75,50	R\$ 1.069.850,10	
	3	Camiseta Branca (Professor)	Unidade	2	1.097	20%	2.633	R\$ 36,90	R\$ 97.150,32	
	4	Meias Estilo Colegial	Par	2	12.882	10%	28.340	R\$ 8,50	R\$ 240.893,40	
2	1	Bermuda Unisex (material helanca)	Unidade	2	12.766	10%	28.085	R\$ 36,82	R\$ 1.034.097,06	R\$ 2.945.212,31
	2	Short Saia (material helanca)	Unidade	2	1.143	10%	2.514	R\$ 86,50	R\$ 217.417,75	



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	3	Calça Comprida (material helanca)	Unidade	1	10.093	10%	11.102	R\$ 53,00	R\$ 588.421,90	
	4	Jaqueta com zíper (material helanca)	Unidade	1	12.882	10%	14.170	R\$ 78,00	R\$ 1.105.275,60	
3	1	Calças Jeans (Masculino e Feminino)	Unidade	1	2.789	10%	3.068	R\$ 136,00	R\$ 417.234,40	R\$ 417.234,40
4	1	Tênis com Cadarços	Par	1	10.597	10%	11.657	R\$ 80,58	R\$ 939.296,89	R\$ 1.141.834,72
	2	Tênis com Velcro	Par	1	2.285	10%	2.514	R\$ 80,58	R\$ 202.537,83	

Documento assinado digitalmente
gov.br SONIA IGNACIA DA SILVA SANTOS
Data: 24/02/2026 15:44:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SONIA IGNACIA DA SILVA SANTOS
Subsecretária Adjunta de Administração
Matrícula: 14250/01

Documento assinado digitalmente
gov.br LEONARDO DA SILVA PEREIRA
Data: 24/02/2026 16:06:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEONARDO DA SILVA PEREIRA
Subsecretário Adjunta de Assuntos Educacionais
Matrícula: 11669/01





P R E F E I T U R A
Queimados

PROFESSOR



P R E F E I T U R A
Queimados



ANEXO VI – PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

Nota (1): Esta planilha poderá ser adaptada às características dos bens, estabelecidos no Termo de Referência.

Nota (2): Quando o contrato não abranger o pagamento mensal, mas for vinculado a etapas, ou realização integral do objeto, esta planilha deverá ser adaptada a essa realidade.

Nº Processo	
Licitação Nº	

Dia ___/___/___ às __:___ horas

Discriminação dos (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município do licitante	
C	Bem	
D	Unidade de medida	

IDENTIDADE VISUAL DA EMPRESA

E	Indicação dos lotes a serem adquiridos	
F	Quantidade <u>(total)</u> a contratar (em função da unidade de medida)	

Custo por Unidade de medida – tipos e quantidades

Lote	Item do lote	Descrição do bem	Unidade de Medida	Valor Por Unidade (R\$)	Valor Total Item (R\$)
1					
Valor Total do Lote					
Valor Total do Contrato					

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(Processo Administrativo nº 456/2026-E)

Instrumento Contratual nº xxx/26,
arquivado no Livro de Registro de
Contratos nº xxx/20xx, às fls xxx a xxx.

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
FAZEM O MUNICÍPIO DE
QUEIMADOS E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXX, TRATANDO-SE DA
UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO
DE PREÇO Nº XXX/XXXX PARA
AQUISIÇÃO DE UNIFORMES.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XX/202X.

Aos xxxx dias do mês de xxxxxxxx de dois mil e vinte e xxxxxx, na cidade de Queimados – RJ, celebram o presente contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**, entidade de direito público, criado pela Lei nº. 1.773, de 21 de dezembro de 1990, representado **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com inscrição no CNPJ/MF nº. 52. [REDACTED]-53, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação, **Sr. ANDRÉ LUIZ MONSORES DE ASSUMPCÃO**, brasileiro, casado, servidor público, portador da cédula de identidade nº. 37 [REDACTED]-2, expedida pelo SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº. 009. [REDACTED]-17, residente e domiciliado nesta Cidade, de agora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa XXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/ME sob o nº. XXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXX, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº. XXXXXXXXX, expedida pelo XXXX, inscrito no CPF/ME sob o nº. XXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXX, pelos [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista a autorização exarada no processo administrativo nº. 456/2026-E, Pregão Eletrônico Nº XXX/2026 e ainda o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº. 2.895 e 2.896, ambos de 09 de março de 2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, atendidas às cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A utilização da Ata de Registro de Preço nº xx/2026 – SEMED com vistas a aquisição de Uniformes Escolares, para atendimento aos alunos e professores das Unidades Escolares, no ano letivo de 2026, conforme especificações técnicas e quantitativos estimados detalhados no Edital e Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os itens desta contratação compreendem:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade unitária	Quantidade Total	Segmento Educacional	Faixa Etária	Observações
1	1	Camiseta com manga curta	Unidade	2	28.340	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Abrangendo P ao XG para tamanhos infantis e juvenis.
		Camiseta com manga curta	Unidade	1	536	Educação de Jovens e Adultos - EJA	Adulto	Abrangendo P ao XXG para Educação Jovens e Adultos
	2	Camiseta Regata	Unidade	1	14.170	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Abrangendo P ao XG para tamanhos infantis e juvenis.
	3	Camiseta Branca (Professor)	Unidade	2	2.633	Professor	Adulto	Tamanhos P ao XXG para professores
	4	Meias Estilo Colegial	Par	2	28.340	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária
2	1	Bermuda Unissex (material helanca)	Unidade	2	28.085	Metade da Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária e gênero
	2	Short Saia (material helanca)	Unidade	2	2.514	Metade da Educação Infantil	2 a 5 anos	Tamanhos reduzidos para crianças menores (Creche e Pré-Escola)
	3	Calça Comprida (material helanca)	Unidade	1	11.102	Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária
	4	Jaqueta com zíper (material helanca)	Unidade	1	14.170	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais	2 a 14 anos	Ajuste conforme faixa etária
3	1	Calças Jeans (Masculino e Feminino)	Unidade	1	3.068	Ensino Fundamental Anos Finais	10 a 14 anos	Tamanhos focados na puberdade (Anos finais da Educação Fundamental)
4	1	Tênis com Cadarços	Par	1	11.657	Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Fundamental Anos Finais	6 a 14 anos	Tamanhos para crianças maiores (Ensino Fundamental)
	2	Tênis com Velcro	Par	1	2.514	Educação Infantil	2 a 5 anos	Para crianças pequenas (Creche e Pré-Escola)

PARÁGRAFO SEGUNDO - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I. O Termo de Referência;
- II. Edital;
- III. A Ata de Registro de Preço nº xxx/xxxx;
- IV. A Proposta do CONTRATADO;
- V. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando prazo de garantia contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado no item anterior, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, conforme previsto neste instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa da CONTRATADA:

- I. Ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- II. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução do objeto.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A manutenção da vigência além do prazo inicial, nos termos do parágrafo segundo, não impede a Administração de promover a extinção do contrato por insuficiência de créditos orçamentários ou perda de vantajosidade, mediante justificativa formal.

PARÁGRAFO QUARTO – O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e Ata de Registro de Preço, anexos a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Não será admitida a subcontratação após os registros dos preços aportados na ata de registro de preço.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É admissível a fusão, cisão ou incorporação da empresa vencedora com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**, referente ao(s) Lote(s) xx.

PARÁGRAFO ÚNICO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

O pagamento será efetuado nos termos do § 1º do art. 141 da Lei nº. 14.133/2021, por meio de petição que deverá ser instruída com as notas fiscais eletrônicas, empenho, certidões de regularidade fiscal, indicadas no Termo de Referência; bem como relatório da Comissão fiscalizadora do contrato, descrevendo a qualidade dos produtos adquiridos e avaliação do nível de qualidade dos mesmos. Devendo, ainda a referida comissão certificar, o adimplemento da obrigação, avaliando a qualidade e eficiência da execução do objeto contratado, bem como o pagamento dos encargos sociais e trabalhistas. Só serão pagos os bens efetivamente entregues sem defeitos ou imperfeições.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a solicitação e abertura de processo administrativo na Secretaria Municipal de Educação de Queimados, que deverá ser protocolada após a entrega dos bens, com apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente comprovada à regularidade fiscal da CONTRATADA, nos termos da legislação pertinente, e, em caso de pendência, ficará suspenso até a efetiva comprovação da regularidade fiscal:

I - A nota referida acima deve apresentar discriminadamente os itens e quantitativos fornecidos para cada unidade administrativa e a soma total destas;

II - O prazo para o pagamento será contado a partir da data em que for protocolada a Nota Fiscal eletrônica após o devido atesto pelos responsáveis designados pela Contratante, bem como todas as demais documentações pertinentes;

III - As Notas Fiscais eletrônicas/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e neste caso o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos;

IV - Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, entrega dos bens ou falta de entrega do material.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O contratado deverá comprovar a quitação com encargos sociais, advindo da presente aquisição, tributos estaduais e municipais, instruindo o pedido de pagamento com os seguintes documentos:

- I. Ofício / Solicitação de pagamento devidamente assinado, informando número do contrato, objeto, valor e período da entrega e instalação dos bens;
- II. Cópia da Nota de Empenho;
- III. Nota Fiscal eletrônica;
- IV. Cartão do CNPJ;

- V. Certidões Negativas Federais, Estaduais e Municipais, constantes no Termo de Referência.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comprovação das certidões visa afastar a responsabilidade subsidiária do contratante em caso de inadimplência das obrigações trabalhistas do contratado.

PARÁGRAFO QUARTO – Não será permitido pagamento antecipado nos termos do artigo 145 da Lei 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO – O pagamento será realizado, preferencialmente, por transferência bancária via PIX, devendo a Contratada fornecê-la no ato do requerimento de pagamento. A contratada deverá indicar, também, a sua conta corrente para que seja alternativa ao pagamento via chave PIX.

PARÁGRAFO SEXTO – Deverá ser emitida Nota Fiscal para o pagamento, constando o valor total e individual da aquisição dos bens.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO NONO – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Previamente ao pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto

à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, observado ainda as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa citada supra, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havendo entre as datas do vencimento do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A CONTRATANTE poderá efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, em casos de inadimplência dos encargos trabalhistas, encargos sociais, previdenciários e comerciais, que forem apurados em sede própria do Poder Judiciário ou que forem apurados pelo CONTRATANTE, através de processo administrativo, até que haja a regularização dos valores devidos, na forma preconizada pelo art. 121 e seu §1º da Lei nº 14.133/21, sendo também adotado nas hipóteses prevista no art. 120 da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da LC nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas na Ata de Registro de Preço, no Edital e no Termo de Referência, anexos a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- III. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo

para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

V. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

VI. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

VII. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Queimados para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

VIII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias (art. 123 da Lei 14.133/2021), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

X. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo de 30 (trinta) dias;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

II. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

III. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

- IV. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos constantes na Cláusula Sexta.
- V. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- VI. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- VII. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- VIII. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, inclusive para o pagamento.
- IX. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- X. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XIII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

- XIV. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;
- XV. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- XVI. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- XVII. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- XVIII. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- XIX. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- XX. Entregar o objeto nas condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência em anexo;
- XXI. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- XXII. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- XXIII. Orientar e treinar seus empregados para cumprimento do previsto na Cláusula Décima Sexta deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa o fornecedor/prestador de serviço que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;

- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I. Advertência pela infração da alínea I deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II. Multa, calculada na forma do termo contratual, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas nos incisos do caput da cláusula décima primeira, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens I a VII, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens VIII a XII;
 - a) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA quando a utilização;
 - b) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos incisos III e IV deste parágrafo.
- III. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos incisos II a VII do caput desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens VIII a XII do caput desta cláusula;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

PARÁGRAFO QUARTO – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, bem como nos casos previstos na Ata de Registro de Preço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO QUINTO – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- I. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III. Das indenizações e multas.

PARÁGRAFO SEXTO – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, após o devido processo legal e decisão do Gestor Contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O CONTRATANTE poderá ainda, nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 2.896/2023, além do que menciona a Ata de Registro de Preço nº xxx/xxxx - SEMED.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

PARÁGRAFO QUARTO – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

PROGRAMA DE TRABALHO: xxxxxxxxxx

FONTE: xxxxxxxxxxxxxx

ELEMENTO DE DESPESA: xxxxxxxxxxxxxxxx

EMPENHO: xxxxxxxxxxxxxxxx

PARÁGRAFO ÚNICO – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – TRANSPORTE

Correrão por conta da CONTRATADA todos os custos de transporte e demais custos da entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da execução deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios previstos no art. 6º da LGPD.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Administração Municipal deverá ser informada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA que envolvam o tratamento de dados pessoais desta contratação.

PARÁGRAFO QUARTO - Terminado o tratamento dos dados, nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses previstas no art. 16 da referida Lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais.

PARÁGRAFO QUINTO - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA deverá exigir de seus suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres previstos nesta cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O CONTRATANTE poderá realizar diligências para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para fins de cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

PARÁGRAFO NONO - Eventuais bancos de dados formados a partir deste contrato, que armazenem dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), contendo data, horário e registro da finalidade para efeito de responsabilização.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os bancos de dados mencionados no item anterior devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração Pública Municipal nas hipóteses previstas na LGPD.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Este contrato está sujeito a alterações nos procedimentos de tratamento de dados pessoais, caso indicado pela Autoridade de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decretos Municipais nº 2895 e 2896, ambos de 09 de março de 2023 além das demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial <https://queimados.rj.gov.br/>, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, bem como, o extrato do contrato no Diário Oficial de Queimados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – REMESSA AO T.C.E.

Obrigar-se-á o CONTRATANTE a providenciar a remessa deste instrumento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – T.C.E., no prazo legal, após sua regular publicação, na forma da Deliberação TCE-RJ nº 312/20.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

Para qualquer procedimento judicial fica eleito o foro da Comarca de Queimados-RJ, renunciando a CONTRATADA por si e por seus sucessores a qualquer outro que tenha, ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, por si e seus sucessores em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que o mesmo gere os seus devidos e legais efeitos, podendo ser assinado digitalmente ou eletronicamente, nos termos da lei.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

ANEXO VIII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO

Ao

Agente de contratação da Prefeitura Municipal de Queimados

Assunto: Declaração de ciência do Edital - PREGÃO ELETRÔNICO nº. ____/2026.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____ **DECLARA(M)**, sob as penas da Lei, que tem conhecimento pleno, ofertando a ciência e concordância de todo o texto do edital e seus anexos, bem como, das condições necessárias para fornecimento dos bens e para enquadramento na Ata de Registro de Preço - ARP, comprometendo-se com as quantidades, valores e demais requisitos do registro de preço, não havendo o que reclamar sobre os ditames ali prescritos, exceto pelas vias próprias nas hipóteses de impugnação e recurso.

Declaro ainda que cumpro toda e qualquer norma referente ao objeto da licitação, considerando a imposição normativa das entidades reguladoras e demais órgãos fiscalizadores.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º _____

A Secretaria Municipal de Educação, integrante da Prefeitura Municipal de Queimados, sediada no Município de Queimados, situada na Rua Mário Pati Junior, nº. 200 - Fanchem - Queimados, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 52.020.762/0001-53 - Fundo Municipal de Educação, neste ato representado(a) pelo(a).....(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº..... de ... de de 202..., publicada no de de.....de....., portador da matrícula funcional nº....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º/202..., publicada no de .../.../202..., processo administrativo nº 456/2026-E, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 2.896, de 09 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços eventual e futura aquisição de Uniformes Escolares, para atendimento aos alunos e professores das Unidades Escolares da rede pública municipal de Queimados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, mediante licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, para atendimento aos alunos e professores das Unidades Escolares, conforme condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº....., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Lote 1	Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	1	Camiseta com manga curta	Unidade	28.876		
	2	Camiseta Regata	Unidade	14.170		
	3	Camiseta Branca (Professor)	Unidade	2.633		
	4	Meias Estilo Colegial	Unidade	28.340		
Valor Total do Lote 1: R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx						

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Lote 2	Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	1	Bermuda Unissex (material helanca)	Unidade	28.085		
	2	Short Saia (material helanca)	Unidade	2.514		
	3	Calça Comprida (material helanca)	Unidade	11.102		
	4	Jaqueta com zíper (material helanca)	Unidade	14.170		
Valor Total do Lote 2: R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx						

SEMED – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ENDEREÇO: RUA MARIO PATI JÚNIOR, 200 – VILA CAMARIM – QUEIMADOS – RJ CEP:26.383-51
CONTATOS: (21) 3698-6680 / e-mail: semedgabinete@queimados.rj.gov.br / site: www.queimados.rj.gov.br



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Lote 3	Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	1	Calças Jeans (Masculino e Feminino)	Unidade	3.068		
Valor Total do Lote 3: R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx						

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Lote 4	Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	2	Tênis com Cadarços	Unidade	11.657		
	3	Tênis com Velcro	Unidade	2.514		
Valor Total do Lote 4: R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP(Intenção De Registro De Preço) poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir o item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (Doze) Meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data da publicação no Diário Oficial de Queimados - DOQ, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade e os quantitativos registrados também poderão ser renovados:

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços.

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital ou no aviso de contratação, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade.

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 26 do Decreto nº 2.896, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 22, do Decreto nº 2.896, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público maior;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; Ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 21 e 22, ambos do Decreto nº 2.896, de 2023.

10 DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inc. XII, do Decreto nº 2.896, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, inc. X, do Decreto nº 2.896, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS

10.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (TRÊS) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO X
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO

Ao

Agente de contratação da Prefeitura Municipal de Queimados

Assunto: Declaração de autorização para comunicações eletrônicas - PREGÃO ELETRÔNICO nº. ____/2026.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____ **DECLARA(M)**, sob as penas da Lei, que aceita as comunicações referentes a contratação através de correio eletrônico, inclusive de futuras sanções e demais intimações, declarando ainda que se compromete a atualizar os contatos telefônicos e endereços eletrônicos sempre que necessário, sob sua exclusiva responsabilidade, reputando-se como recebidos as comunicações encaminhadas aos endereços cadastrados e não atualizados.

Declaro ainda ciência da necessidade de informar o recebimento da comunicação eletrônica em até 48h (quarenta e oito horas) do recebimento. Sendo considerado recebido após 10 (dez) dias úteis do envio da correspondência eletrônica sem a informação de recebimento.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)

ANEXO XI
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO

Ao

Agente de contratação da Prefeitura Municipal de Queimados

Assunto: Declaração de Aceite de Fiscalização - PREGÃO ELETRÔNICO nº. ____/2026.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____ **DECLARA(M)**, sob as penas da Lei, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações que a Administração Pública necessitar e que forem julgados necessários, bem como a atender prontamente às recomendações e determinações formais emitidas pela fiscalização, desde que estejam previstas no Termo de Referência, Edital e/ou Termo Contratual.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)

ANEXO XII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO

Ao

Agente de contratação da Prefeitura Municipal de Queimados

Assunto: Declaração de Procedência do Tecido - PREGÃO ELETRÔNICO nº. ____/2026.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____ **DECLARA(M)**, sob as penas da Lei, que os tecidos empregados na confecção das amostras apresentadas nesta licitação, bem como aqueles que serão utilizados na produção em massa dos uniformes escolares, possuem a seguinte procedência e rastreabilidade industrial:

LOTE XX - _____

Fabricante/Fábrica Têxtil: [Nome do Fabricante]

CNPJ do Fabricante: [CNPJ do Fabricante]

Lote(s) de referência (Amostra): [Número do lote de produção do tecido, se aplicável]

Garantimos a total rastreabilidade e a qualidade dos lotes industriais utilizados, atestando que a matéria-prima adquirida obedece rigorosamente às especificações de composição, gramatura e solidez da cor exigidas no Anexo I do Termo de Referência.

Comprometemo-nos, sempre que solicitado pela fiscalização da Secretaria Municipal de Educação de Queimados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a apresentar as respectivas Notas Fiscais de aquisição dos tecidos junto aos fabricantes listados acima, para fins de comprovação de origem e conformidade.

Declaramos, por fim, ter ciência de que a apresentação de declaração falsa sujeitará esta empresa às sanções administrativas e penais cabíveis, incluindo a imediata desclassificação do certame ou rescisão contratual, sem prejuízo da declaração de inidoneidade.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)

ANEXO XIII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO

Ao

Agente de contratação da Prefeitura Municipal de Queimados

Assunto: Declaração de Sustentabilidade - PREGÃO ELETRÔNICO nº. ____/2026.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____ **DECLARA(M)**, sob as penas da Lei, que adota ativamente práticas de sustentabilidade voltadas à redução de impactos ambientais, à eficiência energética e ao uso racional de recursos em sua linha de produção.

Declara ainda que adota práticas de logística reversa para as embalagens e os resíduos gerados em seu próprio processo produtivo e logístico, em estrita observância às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010).

Declaramos estar cientes de que o descumprimento das medidas de sustentabilidade declaradas poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais e administrativas por parte da Administração Pública Municipal.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)